



RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO

2024



Relatório da Administração 2024



www.casan.com.br



www.sc.gov.br

MARÇO DE 2025

Conselho de Administração

Alfeu Luiz Abreu

Presidente do Conselho de Administração

Arnaldo Ferreira dos Santos

Edson Moritz

Fábio Wagner Pinto

Haneron Victor Marcos

Ivan Gabriel Coutinho

Karla Celina Ghisi da Luz

Rachel Beatriz Fidelis

Sheila Maria Martins Orben Meirelles

Diretoria Executiva

Edson Moritz

Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Natan Marcondes Monteiro Osório

Diretor Administrativo

Giovani Pickler

Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann

Diretor de Operação e Expansão

ÍNDICE

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração
2. A Casan e Seu Mercado de Atuação
3. Estrutura Acionária
4. Conjuntura Econômica
5. Planejamento Estratégico
6. Política Tarifária
7. Investimentos Executados
8. Desempenho Operacional
9. Desempenho Econômico-Financeiro
10. Governança Corporativa
11. Capital Humano
12. Pesquisa e Desenvolvimento
13. Responsabilidade Social e Ambiental
14. Principais Acontecimentos
15. Os Próximos Anos

4

Demonstrações Contábeis

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

109

Parecer do Conselho Fiscal e Parecer do Conselho e Administração

116

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE - Exercício Social 2024

119

Declarações

124

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a CASAN celebrou 53 anos, mas, acima de tudo, reafirmou seu compromisso com o futuro de Santa Catarina. Desafios foram superados, oportunidades abraçadas e a inovação se tornou nossa marca registrada.

Reestruturamos, reinventamos e inovamos. Fortalecemos a governança, modernizamos operações e expandimos horizontes. Criamos áreas estratégicas, como a Gerência de Inovação e Novos Negócios, impulsionando um futuro construído com ousadia e visão.

Investimos em infraestrutura, tecnologia e sustentabilidade. Novos reservatórios e estações de tratamento de água foram modernizados, garantindo o abastecimento e o desenvolvimento.

Ampliamos sistemas de esgoto, como Potecas, Insular e Saco Grande/Monte Verde, e adotamos soluções inovadoras, como

Esgotamento Sobre Rodas e Wetlands Construídos. Saneamento: um direito de todos.

Alcançamos a excelência financeira, com *rating* A+, um marco histórico.

Revisamos a estratégia de longo prazo, traçando novos caminhos.

Agradecemos a confiança da sociedade, o apoio do Governo do Estado e o empenho de cada colaborador. Juntos, construímos uma CASAN mais forte, moderna e preparada.

Em 2025, a CASAN continuará a inovar e transformar, buscando ser referência em saneamento, com competência, otimismo e determinação.

Edson Moritz
Diretor-Presidente

2. A CASAN E SEU MERCADO DE ATUAÇÃO

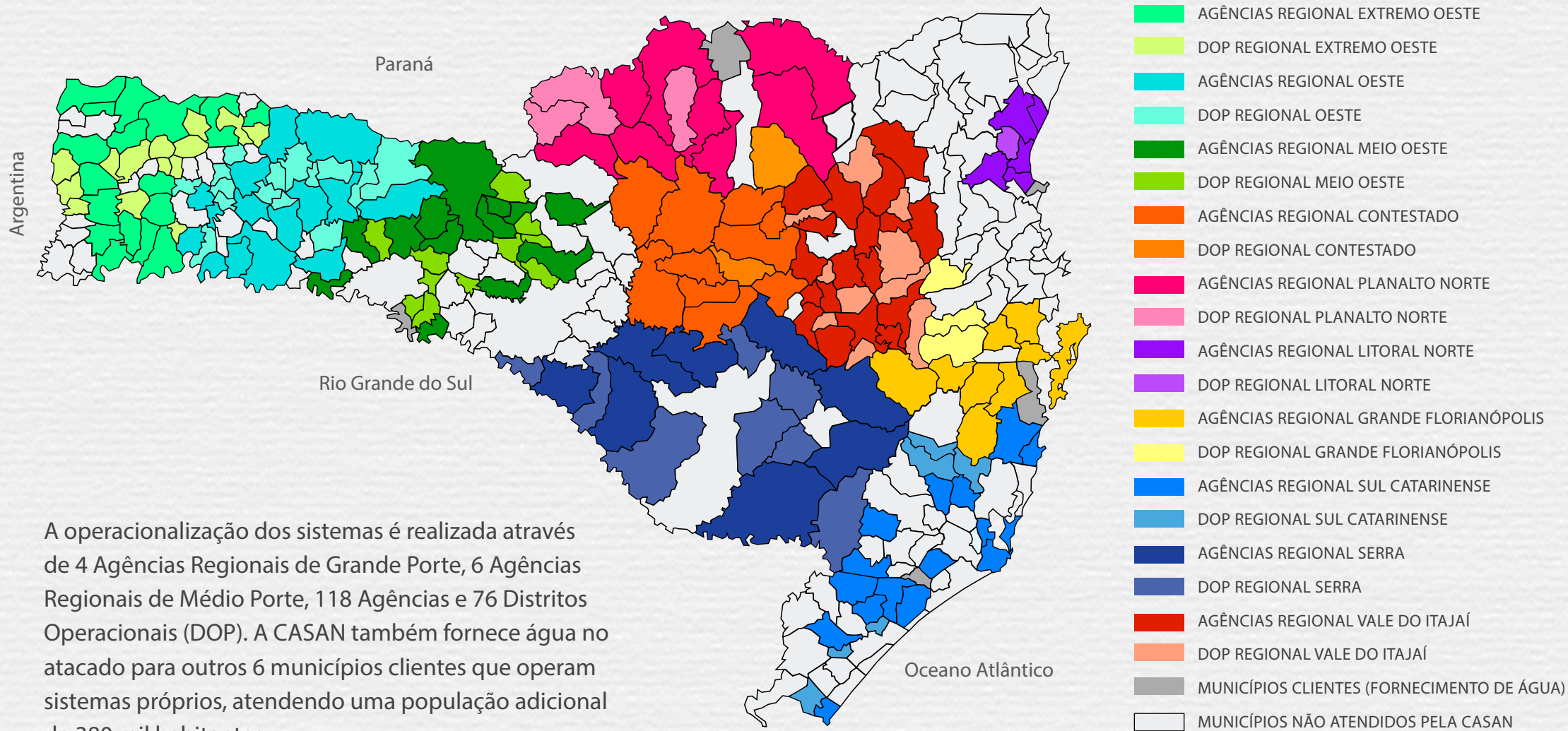
A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970, através da Lei Estadual nº 4.547, constituída pelo Decreto nº SSP- 30.04.71/58, de 02 de julho de 1971, que atua como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo capital social pertence majoritariamente ao Governo do Estado de Santa Catarina.

A CASAN presta serviços principalmente no Estado de Santa Catarina, com 193 municípios atendidos pela Companhia, mais 1 município no Estado do Paraná. Em 2024, foram 2,911 milhões de pessoas atendidas nos dois estados, enquanto a população total desses 194 municípios é de 3,671 milhões de pessoas. Em proporção, estamos em 65% dos municípios do Estado de Santa Catarina, que equivale a 46% da população catarinense.



Reservatório Barra Velha

Figura 1 - Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina



A Companhia atua na execução das políticas de saneamento básico do Governo, corroborando com a área de saúde pública do Estado de Santa Catarina, através de dois principais processos finalísticos envolvendo o Fornecimento de Água Tratada e a Coleta e Tratamento de Esgoto.

TABELA 1 - PRINCIPAIS PROCESSOS FINALÍSTICOS DA CASAN

Macroprocesso	Descrição
Fornecimento de Água Tratada	Composto pelas atividades de captação de água bruta, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável.
Coleta e Tratamento de Esgoto	Composto pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final do efluente tratado.

Em 2024, foram transportados mais de 287 milhões de metros cúbicos de água tratada para atender uma base de clientes de 1,3 milhão de unidades autônomas com abastecimento de água. No que se refere ao serviço de esgotamento sanitário, em 2024 o volume tratado de esgoto pela Companhia foi na ordem de 52 milhões de metros cúbicos, atendendo mais de 403 mil unidades autônomas no estado de Santa Catarina.

A Companhia pode ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, promover a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares; e realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de gerar energia elétrica, de acordo com o que estabelece o art. 85º da Lei Estadual Complementar de Santa Catarina nº 741, de 12/06/2019.

As Tabelas 2 e 3 apresentam os principais indicadores operacionais da Companhia referentes às operações dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) em 2024.

TABELA 2 - INDICADORES OPERACIONAIS DO SAA

Atendimento com Abastecimento de Água - Dados Consolidados

Itens	Unidades	2024
Sistemas operados	número	285
Municípios com contratos vigentes	número	181
Municípios com operação	número	194
População total atendida	habitantes	2,9 mi
Ligações faturadas	número	862 mil
Unidades autônomas	número	1,3 mi
Extensão de rede	km	15,67 mil
Volume de água faturado	m ³ /ano	185 mi

TABELA 3 - INDICADORES OPERACIONAIS DO SES

Atendimento com Esgotamento Sanitário - Dados Consolidados

Itens	Unidades	2024
Sistemas operados	número	42
Municípios com contratos vigentes	número	181
Municípios com operação	número	38
População total atendida	habitantes	880,8 mil
Ligações faturadas	número	165 mil
Unidades autônomas	número	404 mil
Extensão de rede	km	2,22 mil
Volume de esgoto faturado	m³/ano	44,7 mi

A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa, Contrato de Concessão, Convênios de Cooperação para Gestão Associada, Convênios de Gestão Compartilhada e Contrato de Prestação de Serviços, firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de implantação, operação, gestão e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário.

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelas Agências Regionais no Estado Catarinense.

TABELA 4 - ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS – 31/12/2024

Agência Regional	Municípios* ¹	Água		Esgoto	
		Ligações	Unidades Autônomas	Ligações	Unidades Autônomas
AGGF - Agência Regional Grande Florianópolis	12	205.081	442.400	69.730	221.315
AGOE - Agência Regional Oeste	30	112.170	165.179	19.010	45.530
AGSU - Agência Regional Sul Catarinense	21	152.515	213.282	32.624	72.306
AGVI - Agência Regional Vale do Itajaí	28	94.195	118.005	8.561	13.877
AMCO - Agência Regional Contestado	12	35.812	41.604	3.644	4.580
AMEO - Agência Regional Extremo Oeste	33	66.904	83.195	3.251	4.928
AMLN - Agência Regional Litoral Norte	6	64.536	79.580	8.762	12.199
AMMO - Agência Regional Meio Oeste	25	51.344	67.397	10.507	16.820
AMPN - Agência Regional Planalto Norte	11	48.104	54.426	4.717	6.669
AMSE - Agência Regional Serra	16	31.849	37.128	4.324	5.852
Total CASAN	194	862.510	1.302.196	165.130	404.076

*¹ Considera o município de Barracão no Paraná/PR.

3. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 2024, o Capital Social da Companhia finalizou o ano totalizando o montante de R\$ 1.355.289.019,63, representados por 1.150.656.560 ações, sendo 572.078.479 ações ordinárias e 578.578.081 ações preferenciais.

A Figura 2 apresenta a composição acionária da CASAN em 2024. O Governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 90,13% das ações, é o acionista majoritário da Companhia, enquanto a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) é a segunda maior acionista, detentora de 9,86% das ações. As demais ações estão pulverizadas no mercado entre pessoas físicas e jurídicas totalizando 0,01% das ações conforme descrito na Tabela 5.

Figura 2 - Composição acionária da CASAN em 31/12/2024



TABELA 5 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CASAN EM 31/12/2024

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de ações	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	90,08	521.749.832	90,18	1.037.053.443	90,13
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	56.713.251	9,91	56.778.178	9,81	113.491.429	9,86
Outros Acionistas	61.617	0,01	50.071	0,01	111.688	0,01
Total	572.078.479	100	578.578.081	100	1.150.656.560	100

4. CONJUNTURA ECONÔMICA

Santa Catarina registrou, em 2024, um aumento da atividade econômica, a elevação da produção industrial e das vendas do comércio, além de um mercado de trabalho aquecido com geração recorde de empregos. Os setores da indústria, comércio e serviços tiveram alta de 4,7% na atividade econômica. Foi a menor taxa de desocupação em 10 anos, de 2,8%, o recorde de geração de empregos formais, com 140 mil vagas abertas entre janeiro e outubro, e o registro de mais de 240 mil novas empresas.

No Brasil, o aumento generalizado dos preços de produtos e serviços foi de 4,83%, acima do limite superior de 4,50% do intervalo de tolerância. As justificativas do Banco Central do Brasil foram o ritmo forte de crescimento da atividade econômica, da depreciação cambial e de fatores climáticos, em contexto de expectativas de inflação desancoradas e inércia da inflação do ano anterior.

Como resposta da política monetária, a trajetória de expansão que vinha desde 2023 passou para contracionista na metade de 2024. Ao longo do ano, a taxa básica de juros foi elevada de 11,75% para 12,25%, como uma medida para desacelerar as pressões inflacionárias.

A inflação elevada se deve principalmente à inflação importada, cuja principal contribuição foi a depreciação cambial. Em 2024, o dólar estadunidense subiu 27,3%, passando de R\$ 4,85 para R\$ 6,18, devido a fatores domésticos e apreciação global do dólar estadunidense.

A política de crédito é outro fator que impacta o setor de água e saneamento, que está em expansão operacional para adequar sua infraestrutura às demandas do Marco do Saneamento. O crédito ampliado às empresas atingiu R\$ 6,6 trilhões (56% do PIB), com expansão de 18,7% no ano, influenciada pelo crescimento de 26,3% nos empréstimos externos e de 27,6% em títulos de dívida.

Novidades na legislação brasileira trouxeram desafios para o setor de saneamento. A Lei Federal nº 14.898/2024 instituiu as diretrizes para Tarifa Social de água e esgoto em âmbito nacional, que demandou alterações nos processos internos. Além disso, a reforma tributária foi sancionada sem que o saneamento básico fosse equiparado aos serviços de saúde, cuja demanda era impulsionada pelas empresas do setor junto ao Congresso Nacional.

5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico da CASAN é estruturado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), abrangendo tanto a definição da estratégia de longo prazo quanto a elaboração do plano de negócios anual, assegurando coerência e continuidade na atuação da Companhia.

Nossa estratégia é orientada pelos direcionadores estratégicos, que formam a identidade da organização. Eles garantem que todos compreendam de forma clara nossa razão de existir (missão); o futuro desejado (visão); e os princípios que norteiam as ações e decisões (valores). Esse alinhamento é essencial para promover uma cultura coesa, inspirar os colaboradores e direcionar seus esforços.



Nossa missão

“Fornecer água, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem-estar, desenvolvimento sustentável, econômico e social”



Nossa visão

“Ser reconhecida como empresa referência em serviços de saneamento, destacando-se por sua eficiência, competitividade, inovação, ação sustentável e compromisso social”



Nossos valores

- Competência
- Engajamento
- Foco nos clientes
- Inovação
- Sustentabilidade
- Ética

Os objetivos estratégicos são alinhados a esses direcionadores e expressam os rumos que desejamos seguir nos próximos anos. Eles delineiam as prioridades da gestão, orientam a definição de metas e iniciativas estratégicas, proporcionam direcionamento aos processos decisórios e facilitam o engajamento em todos os níveis organizacionais:

Figura 3 - Objetivos Estratégicos



Na execução da estratégia, o desempenho da organização é monitorado e periodicamente reportado à alta administração, possibilitando o direcionamento de ajustes para a maximização dos resultados. Esse modelo possibilita uma gestão eficiente, alinhada aos interesses públicos e às demandas das principais partes interessadas, promovendo a prestação de serviços que beneficiam a sociedade catarinense e o meio ambiente.

6. POLÍTICA TARIFÁRIA

A política tarifária da CASAN desempenha um papel fundamental na sustentabilidade financeira da Companhia, ao estabelecer mecanismos que garantam a geração de receitas suficientes para atender às demandas operacionais e, sobretudo, viabilizar investimentos estratégicos na expansão e modernização dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Uma estrutura tarifária bem definida e equilibrada permite a formação de um montante adequado de recursos próprios, essenciais para a contrapartida em operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais. Esses recursos internos, além de demonstrar solidez financeira e comprometimento com o setor, são indispensáveis para alavancar vultuosos investimentos externos, que impulsionam a melhoria contínua da infraestrutura da Companhia, o atendimento às exigências regulatórias e a prestação de serviços de qualidade à população.

Além de gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização dos serviços de saneamento (conforme a Lei nº 14.026/2020, que atualiza a Lei nº 11.445/2007 e que são regulamentadas pelo

Decreto nº 7.217/2010), a política tarifária também é de grande relevância para a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Visa também buscar um ponto de equilíbrio, que nos permita oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela CASAN, ao mesmo tempo que tem o intuito de inibir o consumo supérfluo, evitando o desperdício de recursos hídricos, promovendo o seu uso consciente.

A CASAN tem o direito assegurado de solicitar às Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses. Porém, em 2024, foi autorizada a Revisão Tarifária Extraordinária com índice de 16,08%, aplicada a partir das faturas do mês de junho de 2024, para corrigir fatores de desequilíbrio econômico-financeiro ocorridos desde 2017, afetando as tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações, de modo a preservar a saúde financeira da Companhia e a continuidade dos investimentos necessários ao atendimento das metas de universalização.

TABELA 6 - REAJUSTE E REVISÃO TARIFÁRIA - 2015 A 2024

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual (%)	11,94	10,81	6,08	4,39	2,61	-	2,55	16,01	6,35	16,08

A Companhia adota na sua política tarifária, como referência, uma tabela tarifária única, separada por categorias de usuários e com escalas por faixas/quantidades crescentes de volume fornecido, vigente para todos os municípios que detêm a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

TABELA 7 - TABELA TARIFÁRIA

Intervalo R\$/m³	Residencial	Residencial Social	Comercial	Micro Pequeno Comércio	Industrial	Pública Órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Pública Especial Entidades Benefi- centes/Filantrópicas
TFDI* R\$/mês	43,31	8,07	43,31	43,31	43,31	43,31	12,99
0 a 10	2,88	0,54	6,37	4,49	6,37	6,37	1,9
11 a 25	13,38	3,84	17,89	17,89	17,89	17,89	5,36
26 a 50	17,89	17,89					
Acima de 50	22,51	22,51	22,51				

Tarifa de esgoto = 100% do valor da
Tarifa de água
1 metro cúbico (m³) = 1 mil litros de água
* TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade e
Infraestrutura
** Válida para solicitações recebidas até
10/12/2024

6.1. TARIFA SOCIAL

O acesso à água tratada e ao saneamento básico é um direito essencial para a qualidade de vida e a saúde das pessoas. Pensando nisso, a CASAN oferece a Tarifa Social, um benefício que garante valores reduzidos nas contas de água e esgoto para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

nomas enquadradas nesse benefício. Essa tarifa possui um valor subsidiado pelas demais categorias, representando aproximadamente 20% do valor da tarifa residencial em vigor. Essa diferença possibilita que mais famílias tenham acesso a um serviço essencial, promovendo a inclusão social e a dignidade de milhares de catarinenses.

Em dezembro de 2024, a CASAN contava com 9.812 unidades autô-

A partir de 10 de dezembro de 2024, entrou em vigor a Lei Federal

14.898/2024, que estabeleceu diretrizes nacionais para a Tarifa Social de Água e Esgoto. Essa legislação busca padronizar os critérios para concessão do benefício em todo o Brasil, assegurando que mais famílias vulneráveis possam ser contempladas com a redução tarifária.

Em Santa Catarina, a nova tabela da Tarifa Social foi autorizada pelas seguintes agências reguladoras:

- Aresc (Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina), por meio da Resolução nº 313/2024, de 30/12/2024.
- Aris (Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento), por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06/12/2024.
- Agir (Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí), através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10/12/2024.
- Cisam-Sul (Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental), por meio da Resolução nº 177/2024, de 09/12/2024.

Com essas atualizações, a CASAN manterá o benefício para as famílias já cadastradas até o dia 10/12/2024, respeitando o prazo de validade de 24 meses. Para novos cadastros, a partir dessa data, serão

aplicadas as regras estabelecidas pela Lei 14.898/2024, conforme a Tabela 8.

TABELA 8 - TARIFA SOCIAL CONFORME LEI FEDERAL 14.898/2024

Intervalo R\$/m ³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI *R\$/mês	21,65
0 a 15	1,44
16 a 25	13,38
26 a 50	17,89
Acima de 50	22,51

Tarifa de esgoto = 100% do valor da Tarifa de água

* TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade e Infraestrutura

A Tarifa Social representa um compromisso com a cidadania e o desenvolvimento social, garantindo que o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário seja uma realidade para todos, independentemente das condições socioeconômicas. A CASAN reforça seu papel na construção de uma sociedade mais justa e saudável, onde o saneamento básico é um direito acessível a todos os catarinenses.

7. INVESTIMENTOS EXECUTADOS

No ano de 2024 a CASAN investiu R\$ 602 milhões em seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A ampliação do esgotamento sanitário recebeu 52% desses recursos, 48% dos investimentos foram direcionados ao abastecimento de água e 1% dos investimentos foram aplicados em ações administrativas, comerciais e operacionais que atendem tanto água quanto esgoto.

O valor investido em 2024 foi histórico, como pode ser observado na Tabela 9. Representa o maior valor já investido pela Companhia em um único ano e reflete um crescimento de 30% em relação ao valor investido em 2023.

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

Distribuição dos Investimentos	2020	2021	2022	2023	2024	Total no Período	%
Água	77.243	129.353	301.606	224.556	287.227	1.019.985	45,8
Esgoto	270.525	110.102	196.250	230.823	311.635	1.119.335	50,3
Outros	28.029	12.806	35.167	6.674	3.124	85.800	3,9
Total	375.797	252.261	533.023	462.053	601.986	2.225.120	100

Os principais investimentos realizados ao longo de 2024 (em termos de montantes aplicados), para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram executados nos municípios apresentados na Tabela 10.

TABELA 10 – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NO ANO (EM TERMOS DE RECURSOS APLICADOS)

Município(s)	Sistema	Obra
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Araquari e Barra do Sul	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Passo de Torres	Esgoto	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
Braço do Norte	Água	Ampliação da Estação de Tratamento de Água
Xaxim	Esgoto	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Além das obras destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos como: ampliações, melhorias e manutenções de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitários, perfuração de novos poços, aquisição de hidrômetros, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos, equipamentos leves e pesados.

Especificamente sobre o esgotamento sanitário, 7 obras entraram em operação em 2024, as quais beneficiaram as cidades de Balneário Barra do Sul (bacias 1, 2, 3, 4 e 5), Florianópolis (Ingleses – em operação parcial bacias 1, 6, 7 e 9), Curitibanos (em operação parcial), Mafra, Ipira/Piratuba, Xanxerê, Chapecó (Jardim América e Vila Rica) e Piçarras (ampliação bacias 5 e 6). O total de unidades autônomas de esgoto ampliou-se em 7,9% em 2024, ou seja, 333.240 unidades autônomas de esgoto foram adicionadas no ano. Apesar dessas ampliações, a atualização da taxa de ocupação do Censo de 2022, fez

com que a cobertura de esgoto do Estado reduzisse 3,2%, passando de 34,6% em 2023 para 31,4% em 2024.

Outros importantes investimentos em esgotamento sanitário prosseguem, para elevar a cobertura de coleta e tratamento nas cidades catarinenses. Na Capital, a Companhia possui em andamento a ampliação do Sistema de Esgoto Insular e a implantação do Sistema Saco Grande/Monte Verde, assim como a conclusão da interligação dos bairros Cacupé, Sambaqui e Santo Antônio. Nas demais regiões do Estado a CASAN avança com obras nas cidades de Passo de Torres, Urupema, São Joaquim, Itá, São Lourenço do Oeste, Xaxim, Chapecó (bairro São Pedro, loteamento Unochapecó e a Vila Mantelli), Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu e Curitibanos. Adicionalmente, estão em andamento projetos para implantação de infraestrutura de esgoto em Chapecó, Urubici, Passo de Torres, Palmeira, Antônio Car-

los, Florianópolis, Pinhalzinho, Nova Veneza e São Miguel do Oeste.

A Companhia também dá continuidade àquela que será a maior obra de esgotamento sanitário de Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova e moderna Estação de Tratamento.

Com relação ao abastecimento de água, a obra para implantação da adutora de água tratada em Barra Velha, no bairro Itajuba, foi concluída em 2024. Em 2025, a CASAN avança com obras nas cidades de Florianópolis (reservatório Serrinha e travessia da adutora de água tratada sob a Ponte Pedro Ivo Campos), Biguaçu (reservatório Jardim Janaína), Chapecó (reservatório Efapi), Braço do Norte (ampliação da estação de tratamento de água) e São Miguel do Oeste (ampliação da adução de água bruta), além da ampliação do sistema de captação e adução de água bruta no Rio Cubatão beneficiando os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Cabe destacar ainda a implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIA) Chapecó com captação no Rio Chapecozinho, que, uma vez finalizada, beneficiará os municípios de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta.



Reservatório Criciúma

8. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os destaques ocorridos em 2024 foram:

-  **Mais de 76 mil novas unidades consumidoras.**
-  **Ampliação de 791 quilômetros da rede pública instalada.**
-  **Mais 7 municípios com novo serviço de esgotamento sanitário.**

8.1. MÉTRICA DE ATIVIDADE

As métricas de atividade do setor de Concessionárias e Serviços de Água englobam informações sobre a quantidade de unidades consumidoras, o volume de serviços prestados e a extensão da rede. Os consumidores são denominados de diferentes formas, conforme a entidade: “Unidades Autônomas” pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), “Economias” pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), “Usuários” pela legislação brasileira e “Clientes” pelo Conselho de Padrões Contábeis de

TABELA 11 - NÚMERO DE UNIDADES AUTÔNOMAS

Água	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	1.054.249	1.072.512	1.104.749	1.132.894	1.165.002
Comercial	103.084	104.443	107.309	110.394	113.658
Industrial	6.679	6.828	7.104	7.493	7.850
Pública	15.185	15.239	15.429	15.662	15.701
Total	1.179.197	1.199.022	1.234.591	1.266.443	1.302.211

Esgoto	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	239.373	264.401	288.885	308.002	342.929
Comercial	41.612	45.075	48.352	50.641	55.746
Industrial	1.123	1.246	1.391	1.460	1.642
Pública	2.767	3.034	3.273	3.448	3.760
Total	284.875	313.756	341.901	363.551	404.077

Sustentabilidade. A quantidade de unidades autônomas está detalhada na Tabela 11, segmentada por categoria ou tipo de consumidor.

Em 2024, o serviço de água passou a atender mais de 35 mil novas unidades, das quais mais de 32 mil são residenciais. O maior crescimento foi observado entre as unidades industriais, com um aumento de 4,76% em comparação ao ano anterior.

Os municípios com mais consumidores novos atendidos pelo serviço de água foram Florianópolis (4.268), São José (3.616), Chapecó (2.927), Criciúma (2.066) e Balneário Piçarras (2.053). Proporcionalmente, os municípios com maior crescimento percentual foram Rio Fortuna (14,1%), Santa Rosa de Lima (14,0%), Chapadão do Lageado (12,7%), Piratuba (11,2%) e Balneário Piçarras (10,9%).

O maior crescimento, no entanto, ocorreu no serviço de esgotamento sanitário. Foram mais de 40 mil novas unidades, representando um aumento de 11,15% em relação ao ano anterior. O número de unidades industriais cresceu 12,47%, embora essas representem apenas 0,41% do total de consumidores, enquanto as unidades residenciais correspondem a quase 85% do total.

Os municípios com mais consumidores novos atendidos pelo serviço de esgotamento sanitário foram Laguna (8.715), Florianópolis (5.999), Içara (5.478), Xanxerê (3.127) e Balneário Barra do Sul (2.517). Proporcionalmente, os municípios com maior variação em unidades consumidoras foram Içara, Xanxerê, Mafra (2.216), Piratuba (1.999) e Coronel Freitas (1.058). Laguna e Içara já vinham sendo atendidas e, com o retorno do faturamento em 2024, aparecem como novas unidades consumidoras em comparação com 2023.

TABELA 12 - VOLUME FATURADO DE ÁGUA FORNECIDA A CONSUMIDORES

Volume em 1.000 m³	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	127.799	121.341	124.192	130.824	134.271
Comercial	12.161	11.815	12.860	13.705	14.087
Industrial	2.992	2.991	2.933	3.124	3.496
Pública	22.256	24.488	27.570	31.445	34.030
Total	165.208	160.634	167.554	179.099	185.883

Quanto ao volume faturado de água fornecido aos consumidores, houve um aumento de 3,79% em relação ao ano passado, próximo da média dos últimos cinco anos. Os consumidores residenciais representam 72,23% do total e metade do aumento do volume fornecido no último ano. Os consumidores industriais aumentaram em quase 12% seu volume faturado e os consumidores públicos aumentaram em mais de 8%.

Essa evolução no volume faturado de água acompanha o crescimento de novas ligações. Além disso, o fornecimento de água de contratos especiais para municípios clientes elevou seu volume de 24,8 milhões de m³ (2023) para 27,3 milhões de m³ (2024).

TABELA 13 - VOLUME FATURADO DE ESGOTO DE CONSUMIDORES

Volume em 1.000 m ³	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	28.263	27.695	30.916	33.563	35.883
Comercial	4.378	4.395	5.215	5.587	5.945
Industrial	291	323	391	471	481
Pública	1.674	1.800	2.134	2.306	2.394
Total	34.606	34.214	38.657	41.928	44.703

No serviço de esgotamento sanitário, o volume faturado de esgoto de consumidores teve um aumento de 6,62% em 2024. Os consumidores residenciais, que representam mais de 80% desse volume, foram os que mais aumentaram o volume faturado, com quase 7% de crescimento no último ano.

Os principais municípios onde ocorreram implantação ou ampliação dos sistemas de esgoto foram: Coronel Freitas (implantação), Ipira e Piratuba (implantação), Mafra (implantação), Xanxerê (implantação), Balneário Barra do Sul (ampliação), Balneário Piçarras (ampliação), Florianópolis-Ingleses (ampliação) e Curitibaanos (ampliação). Também se destaca o retorno do faturamento de esgoto nos municípios de Içara e Laguna.

TABELA 14 - EXTENSÃO DE REDE

Extensão (em km)	2020	2021	2022	2023	2024
Rede de Água	14.769	15.131	15.379	15.126	15.671
Rede de Esgoto	1.823	1.781	1.894	1.978	2.224
Total	16.593	16.912	17.273	17.104	17.895

Em 2024, a extensão da rede cresceu mais que o dobro do ritmo médio dos últimos anos. A rede de água aumentou 545 km, ou 3,6% em relação ao ano anterior. Os municípios com maior expansão da rede de água foram Criciúma (51 km), Araquari (40 km) e Florianópolis (38 km).

A rede de esgoto, também chamada de tubulação de esgoto, aumentou 246 km ou 12,44% em relação ao ano anterior, muito superior à média de 5% de crescimento anual. Os municípios com maior expansão da rede de esgoto foram Xanxerê (38 km), Florianópolis (34 km), Balneário Barra do Sul (33 km), Mafra (32 km) e Curitibaanos (30 km).

8.2. MERCADO

O mercado da CASAN se concentra no Estado de Santa Catarina, com 193 municípios atendidos pela Companhia, mais 1 município no Estado do Paraná. Em 2024, foram 2,911 milhões de pessoas atendidas nos dois estados. Essas pessoas são atendidas nos municípios em que a CASAN é responsável pelos serviços de fornecimento de água

e esgotamento sanitário. A população total desses 194 municípios é de 3,671 milhões de pessoas.

Os contratos com as prefeituras, também chamados de clientes municipais, têm uma vigência média de 14,3 anos, a partir de 31/12/2024. A situação dos contratos é de vigência em 181 municípios, dos quais estão compostos por 68 contratos de gestão associada, 59 contratos de concessão, 49 contratos de programa, 4 contratos de prestação de serviço e 1 de gestão compartilhada.

A legislação federal (Lei nº 14.026, de 15/07/2020) trouxe um grande desafio para as empresas estaduais de saneamento. Com ela, ficou vedada a formalização de novos contratos de programa com os municípios sem licitação. Durante a transição, exigiu-se que os contratos regulares em vigor fossem modificados até 31/03/2022 para inclusão das novas metas de universalização previstas no art. 11-B, § 1º, da Lei nº 11.445/2007.

Atualmente, dos 194 municípios atendidos pela CASAN, 170 possuem contratos em observância à nova legislação federal. Nos demais municípios em que a CASAN presta serviços sem contrato vigente, a Companhia aguarda a implementação da Prestação Regionalizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina para restabelecer as tratativas com os municípios visando a regularização contratual.

Quanto ao Índice de Cobertura, é considerado o atendimento da

população urbana com rede de abastecimento de água e com rede coletora de esgoto. Em 2024, a cobertura de água estava em 97,65%, enquanto a cobertura de esgoto estava em 31,37%. Considerando uma média simples entre os municípios, o serviço de água chega a 97,78% e o serviço de esgoto chega a 40,07% da população urbana dos municípios atendidos. Analisando a extensão desse indicador, dos 194 municípios atendidos, a cobertura do serviço de água alcança 100% em 152 municípios.

A população urbana atendida é estimada pelo número de unidades residenciais multiplicado pela taxa de ocupação do município, conforme o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e fixado em um teto de 100%. No período analisado, o número de unidades residenciais aumentou em 2,83%, porém a taxa de ocupação intercenso reduziu 14% em média, entre 8% e 38% dependendo do município. Por essa razão, a cobertura de água, que estava em 100% nos últimos anos, apresentou redução para 97,7% neste relatório de 2024.

8.3. ÁGUA

O serviço de captação, tratamento, reservação e distribuição de água aos clientes consumidores está presente nos 194 municípios atendidos pela CASAN. Na Tabela 15 destacam-se alguns indicadores operacionais:

TABELA 15 - INDICADORES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE ÁGUA

Indicadores Operacionais	2020	2021	2022	2023	2024
Volume Produzido (1.000 m ³)	259.189	263.959	272.184	279.637	293.511
Ligações (un.)	798.716	808.110	827.229	843.982	862.510
População urbana atendida pela CASAN (%)	100	100	100	100	97,7*
População total atendida pela CASAN (%)	88,1	88,5	89,1	90,5	82,9
Índice de Hidrometração (%)	99,6	99,6	99,6	99,6	99,7
Índice de Macromedição Distribuído (%)	70,3	71,9	76,8	78,7	78,0
Índice de Perdas Totais (%)	39,8	39,4	35,7	33,6	37,3
Índice de Perdas Totais (IPL) (L/Lig.Dia)	352	353	345	327	340

* Estimativa impactada em 2024 pela divulgação da Taxa de Ocupação do Censo 2022 (IBGE) que reduziu entre 8% e 38% por município (14% em média).

O volume de água produzido compreende a água bruta captada ou importada que foi tratada, sendo medido ou estimado nas saídas das unidades de tratamento em condição de disponibilidade para o consumo. Esse volume teve um aumento de quase 14 milhões de metros cúbicos em 2024, um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.

A quantidade de ligações ativas de água considera todas as ligações cadastradas que tiveram água disponibilizada em algum momento durante o ano. Cada ligação pode ter uma ou mais unidades consumidoras. Em 2024, houve um aumento de 18.528 novas ligações, um crescimento de 2,2% em relação ao ano anterior, um pouco acima da média dos últimos anos.

O atendimento total pela CASAN é calculado pela divisão da população urbana e rural atendida com abastecimento de água pela rede pública sobre a população total de cada municí-

pio. O primeiro é estimado pela quantidade de unidades residenciais multiplicada pela taxa média de habitantes por domicílio. O segundo é projetado pelo IBGE e divulgado anualmente. Em 2024 houve uma queda de 7,6 pontos percentuais, explicado pela atualização das estimativas e projeções do IBGE registradas nesse ano.

O índice de hidrometração é o cálculo entre a quantidade de ligações de águas micromedidas com hidrômetros instalados e o total de ligações de água cadastrados. Esse índice segue em aumento contínuo, alcançando 99,7% em 2024, o que aumenta a confiabilidade do faturamento e aprimora a apuração de perdas de água na distribuição. Além disso, essa tendência tem um limite de 100% e a cada ano está se aproximando mais desse desempenho ideal.

O índice de macromedição considera que a unidade de tratamento está equipada com instrumentos de medição de volume cumulativo da água produzida disponibilizada para distribuição aos consumidores. Esse indicador permaneceu praticamente estável

em relação ao último período, com uma redução de 0,7 pontos percentuais.

Os Índices de Perdas Totais medem o quanto se perde de água, entre o que foi disponibilizado e o que foi consumido. Logo, de toda a água que foi produzida ou importada, espera-se que seja consumida pelos clientes, utilizada para uso especial, operacional ou social (autorizada não faturada) ou exportada. A diferença de perda na distribuição foi de 340 litros por ligação por dia ou 37,3% do volume disponibilizado no ano de 2024. Portanto, houve uma ligeira piora com relação ao ano anterior, com aumento de 13 litros por ligação por dia ou 3,7 pontos percentuais.

8.4. ESGOTO

O serviço de coleta, tratamento e disposição de efluentes está em operação em 38 municípios atendidos pela CASAN, prestado às unidades consumidoras que têm rede de coleta de esgoto. Na Tabela 16 destacam-se alguns indicadores operacionais.

TABELA 16 - INDICADORES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE ESGOTO

Indicadores Operacionais	2020	2021	2022	2023	2024
Volume Coletado (1.000 m ³)	37.375	41.950	48.144	48.616	52.360
Ligações (un.)	103.879	119.269	135.588	143.895	165.131
População urbana atendida pela CASAN (%) (*)	26,6	29,3	31,7	34,2	31,4
População total atendida pela CASAN (%)	21,6	23,8	25,9	27,4	25,1
Índice de Tratamento (%)	100	100	100	100	100

(*) Caso não houvesse variação na Taxa de Ocupação do Censo 2022 (IBGE) seria: 23,29% em 2020; 25,75% em 2021; 27,89% em 2022 e 30,10% em 2023. Se fosse utilizada a mesma Taxa de Ocupação, em 2024 o percentual seria 35,4%.

O volume total de esgoto coletado é medido ou estimado nas entradas das ETEs, incluindo possíveis variações como infiltrações de rede, volumes não autorizados, ligações clandestinas de água pluvial, infiltrações em elevatórias, entre outros. Em 2024, o volume aumentou em quase 4 milhões de metros cúbicos, um crescimento de 7,7% em relação ao ano anterior.

Em 2024, houve um aumento de mais de 21 mil novas ligações nos sistemas de esgotamento sanitário. A variação anual foi de 14,8%, um crescimento superior à variação no volume coletado, que reflete a expansão desse serviço com a inclusão de novos municípios e ampliação dos sistemas já existentes.

Como explicado anteriormente, o atendimento total pela CASAN foi afetado pela atualização das estimativas e projeções do IBGE nesse ano, sofrendo uma queda de 2,3 pontos percentuais. Enquanto a taxa de ocupação reduziu em média 14% entre os censos e passou a impactar os indicadores em 2024, o total de ligações residenciais de esgoto aumentou em 15,26% no último ano.

Um ponto de destaque é o Índice de Tratamento. Ao longo dos últimos anos ele tem permanecido em 100%. As Estações de Tratamento de Efluentes utilizam tecnologias de Lagoas de Estabilização, Lodos Ativados (valos de oxidação, aeração prolongada) ou Filtros Biológicos. Elas promovem a depuração das águas servidas antes de

encaminhar ao corpo receptor (rios e mares). É importante enfatizar que a elevação do volume tratado de esgoto proporciona, além da preservação do meio ambiente, efeitos benéficos para a saúde e a qualidade de vida da população, além dos ganhos econômicos gerados pela valorização dos imóveis.

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2024 a CASAN auferiu receita de R\$ 2,1 bilhões em decorrência da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 19% superior ao apurado no exercício anterior, e decorre do reajuste tarifário extraordinário aprovado em 2024 (16,08%), do reajuste tarifário ordinário de 2023 (6,35%) e também da entrada em operação de alguns sistemas de esgotamento sanitário, os quais geraram incremento de receita.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 77% da receita obtida em 2024, ou seja, aproximadamente R\$ 1,7 bilhão. Outros R\$ 467 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 22% da receita apurada no ano. Além disso, a CASAN auferiu R\$ 23 milhões (1%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por impontualidade, consertos de hidrômetros etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram aproximadamente

R\$ 1,6 bilhão em 2024, o que corresponde a um aumento de 3,4% em relação ao exercício anterior. Contribuíram para essa elevação dos custos o crescimento da receita, que gerou tributos diretos mais elevados e um maior valor de créditos em atraso. A inflação também ocasionou, de modo geral, a elevação dos gastos com materiais e serviços contratados e com a folha de pagamento e os encargos trabalhistas.

Da mesma forma, observou-se a ampliação de 18% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em aproximadamente R\$ 215 milhões no ano de 2024. Contribuiu para isso a ampliação das despesas com juros referentes aos financiamentos, decorrente da contratação da 3ª emissão de debêntures (que é parte simples e parte incentivada).

Esses fatores conduziram à elevação de 379% no resultado líquido do exercício, que passou de aproximadamente R\$ 51 milhões em 2023 para cerca de R\$ 243 milhões em 2024.

TABELA 17 – COMPARATIVO RESULTADO CASAN (R\$ MIL)

Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Operacional	1.261.014	1.342.338	1.555.736	1.803.376	2.150.932
Custos / Despesas	(983.786)	(1.063.743)	(1.319.524)	(1.544.374)	(1.596.885)
Resultado Financeiro	(107.021)	(74.516)	(97.436)	(181.838)	(214.747)
Resultado antes do IR e da CSLL	170.207	204.079	138.777	77.164	339.300
Resultado Líquido do Exercício	112.504	134.950	91.990	50.743	243.028

Analizando a Tabela 18 é possível verificar um desempenho superior no ano de 2024 comparado aos anos anteriores. A grande maioria de seus indicadores apresentou melhoria em seus resultados em relação aos valores apurados em 2023. As poucas exceções foram o Endividamento Financeiro, que se manteve no mesmo valor; a Liquidez Corrente, que diminuiu no ano; e o índice Impostos/Receita Bruta, que se elevou em 2024.

Esses avanços resultaram em duas elevações seguidas de rating em menos de 12 meses, tirando a CASAN de BB+ (Grau de não-investimento) para A+ (Grau médio elevado de investimento), avaliação realizada por duas das maiores empresas de classificação

de risco a nível mundial.

Os resultados econômico-financeiros de 2024 consolidam a CASAN como uma referência de gestão eficiente e recuperação estratégica no setor de saneamento básico. Com crescimento recorde no Ebitda, controle rigoroso de custos, aumento expressivo do lucro e investimentos consistentes, a empresa demonstra estar preparada para os desafios futuros e para uma atuação ainda mais forte em 2025. Esses resultados também evidenciam o esforço da gestão em alinhar eficiência operacional com sustentabilidade financeira, sempre com foco em entregar resultados robustos para Santa Catarina.

TABELA 18 – RESULTADO DOS INDICADORES CASAN (R\$ MIL)

Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024
Ativo Total (AT)	3.767.464	3.907.671	4.343.394	5.015.791	5.556.532
Patrimônio Líquido (PL)	1.324.157	1.671.985	1.860.910	2.003.578	2.258.409
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.143.679	1.217.771	1.409.964	1.634.101	1.950.410
Lucro Líquido (LL)	112.504	134.950	91.990	50.743	243.028
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,64	0,57	0,57	0,6	0,59
EBITDA	393.527	401.145	367.397	466.283	765.352
EBIT	277.228	278.595	236.213	259.003	554.048
Geração de Caixa	353.739	293.313	304.071	460.261	718.126
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,39	0,37	0,39	0,44	0,44
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,18	0,11	0,19	0,17	0,16
Margem Bruta (LB/ROL)	50,85%	49,62%	44,37%	41,80%	50,22%
Margem Operacional (LO/ROL)	14,69%	16,14%	9,69%	4,73%	17,37%
Margem Líquida (LL/ROL)	9,84%	11,08%	6,52%	3,11%	12,46%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	34,41%	32,94%	26,06%	28,53%	39,24%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	8,37%	7,98%	4,90%	2,51%	10,67%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,54	0,6	0,63	0,66	0,67
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,87	1,08	0,76	1,25	1,1
Dívida Líquida / EBITDA	3,5	3,4	4,5	3,7	2,6
Impostos/Receita Bruta (*)	14,70%	14,40%	12,74%	10,74%	14,20%

(*) Impostos: Pasep + COFINS + IR + CSLL

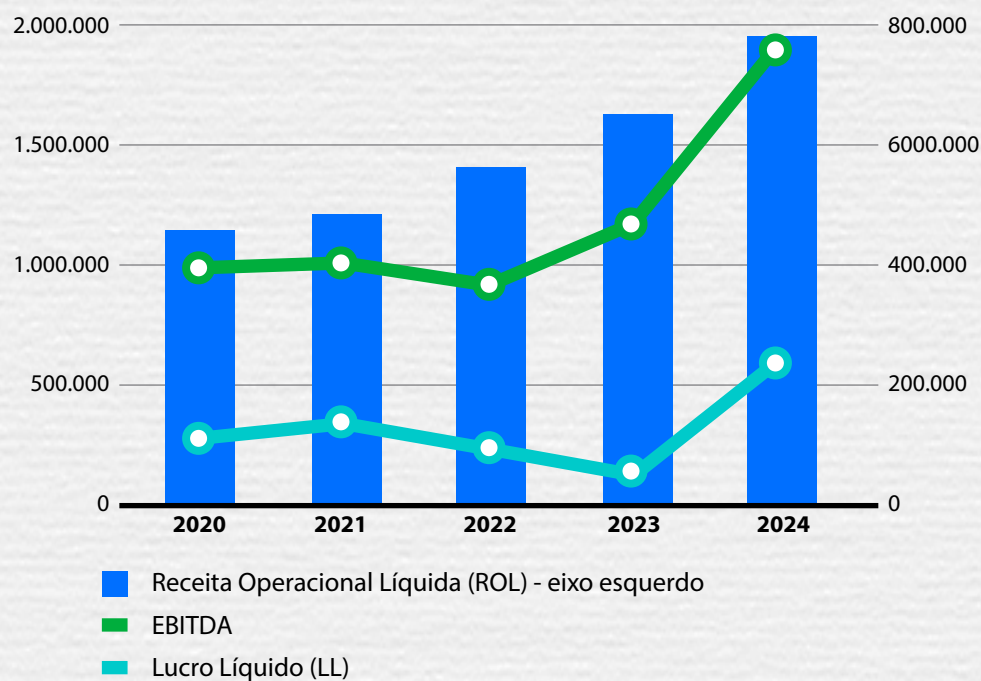
Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2023, o Ativo Financeiro de Contrato foi desmembrado do Ativo Intangível, o que impactou no resultado da Liquidez Geral. Ajustamos toda a série histórica em razão dessa alteração.

Obs.3: Os indicadores Dívida Líquida/Ebitda, Endividamento Financeiro e Endividamento de Curto Prazo foram ajustados pela inclusão da rubrica arrendamento mercantil em toda a série histórica.

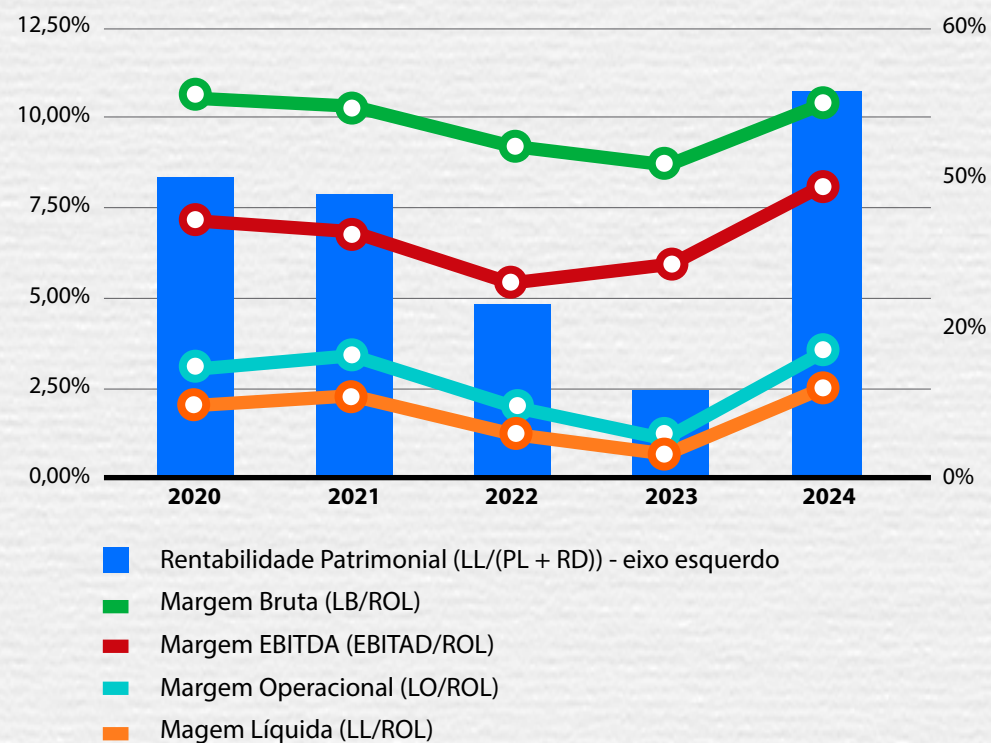
O resultado operacional apresenta uma tendência de crescimento, em que 2024 contém os maiores valores absolutos dos últimos cinco anos, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Evolução do Resultado Operacional (R\$ mil)



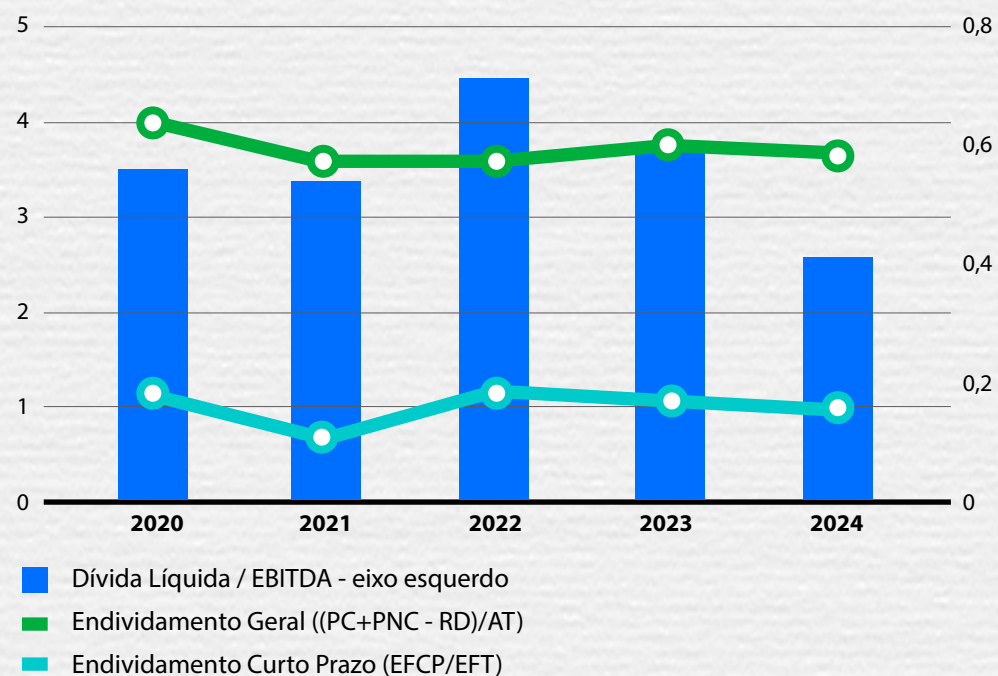
Da mesma forma, todas as margens sobre o resultado operacional líquido apresentam crescimento. A rentabilidade patrimonial foi a maior dos últimos cinco anos, conforme a Figura 5.

Figura 5 – Evolução dos Indicadores de Rentabilidade e Margem



Esse desempenho não afetou os indicadores de endividamento, observado na Figura 6. O endividamento geral e de curto prazo tiveram uma redução com relação ao ano anterior. Outro destaque é a relação Dívida Líquida / Ebitda, que reduziu quase pela metade nos últimos dois anos.

Figura 6 – Evolução dos Indicadores de Endividamento



ETE Ingleses

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A administração da CASAN é exercida pela:

Assembleia Geral

com funções deliberativas;

Conselho de Administração

com funções deliberativas;

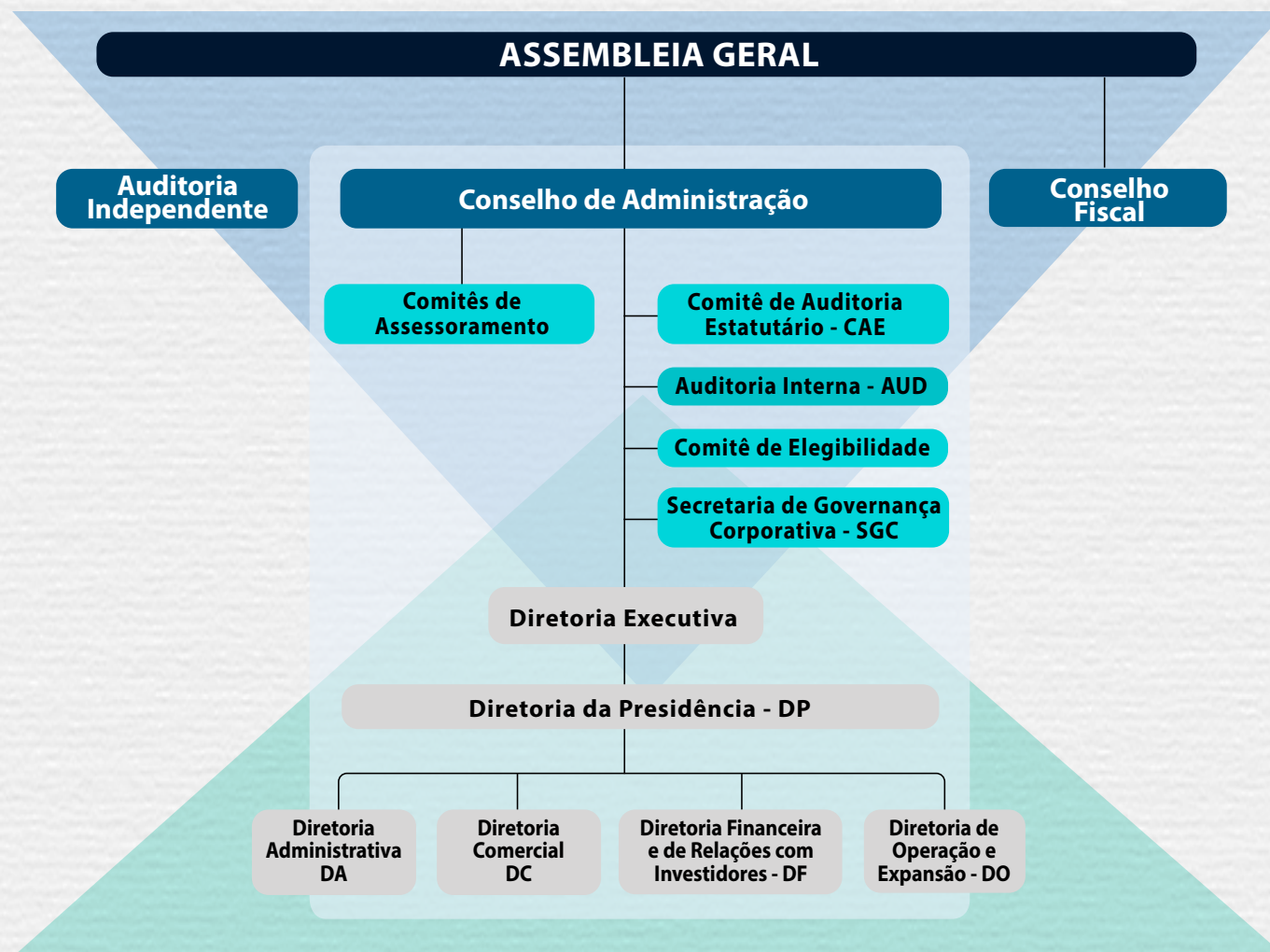
Diretoria Executiva

com funções representativas e executivas;

Conselho Fiscal

com função fiscalizatória.

Figura 7 - Organograma de governança corporativa



A Assembleia Geral de Acionistas é o órgão superior da Sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da Sociedade, reunindo-se, ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, e, extraordinariamente, quando convocada observadas as prescrições legais. É constituída pelos representantes legais dos acionistas, com qualidade para comparecer e deliberar sobre matérias submetidas à ordem do dia.

O Conselho de Administração, órgão independente, é composto por 9 (nove) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) indicado pelos empregados, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. Além disso, participam do Conselho o Diretor-Presidente, um Conselheiro Independente, e um representante dos acionistas minoritários. O Conselho de Administração é assessorado por 5 comitês, compostos por no mínimo 2 Conselheiros de Administração, sendo eles: Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação; Comitê de Governança, Risco e Conformidade; Comitê de Recursos Humanos; Comitê Financeiro e Comitê Jurídico e Regulatório. Com reuniões regulares e assuntos específicos, os comitês analisam previamente e detalhadamente as questões que serão tratadas pelo Conselho de Administração emitindo parecer ou recomendação sobre o assunto.

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, composto por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, sendo pelo menos 1

(um) membro indicado pelo ente controlador, com pré-requisitos definidos no Estatuto. Eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. Ordinariamente, o Conselho Fiscal se reúne uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando necessário.

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão independente, que auxilia o Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade dos sistemas de controle interno e de Auditoria Interna e Independente. Composto por 3 membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, permitidas duas reeleições. Para cumprir com o objetivo de avaliar a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controle interno, inclusive das auditorias interna e independente, o Comitê de Auditoria Estatutário reúne-se no mínimo 2 (duas) vezes por mês.

O Comitê de Elegibilidade é órgão colegiado, de caráter permanente, que tem por finalidade auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Ele é constituído por 3 membros efetivos, nomeados, empossados e destituídos pelo Conselho de Administração, dentre empregados da Companhia, com reputação ilibada.

A Diretoria Executiva é órgão executivo de administração e repre-

sentação, orientada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, responsável por assegurar o funcionamento regular da Companhia, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. Com membros eleitos pelo Conselho de Administração, em conformidade com a Lei Federal nº 6.404/76, a Diretoria Executiva é composta de 5 (cinco) membros, sendo eles: Diretor-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor de Operação e Expansão, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores e Diretor Comercial. O Diretor-Presidente é membro integrante do Conselho de Administração, e o Diretor Comercial é eleito pelos empregados.

10.1. GESTÃO DE RISCOS E AUDITORIA INTERNA

Na condução dos negócios, organizações enfrentam incertezas que representam riscos e oportunidades com potencial para destruir ou agregar valor. A adoção de uma postura proativa e dinâmica por parte dos gestores possibilita o tratamento antecipado dessas incertezas e aumenta a capacidade da organização se adaptar, evoluir e responder tempestivamente às mudanças e aos desafios dos ambientes interno e externo.

Nesse sentido, a CASAN tem destinado esforços para aumentar a maturidade de gestão de riscos, compreender em detalhes os riscos mais relevantes e respondê-los de acordo com seu apetite e tolerância a risco. As políticas implementadas pela CASAN nesse contexto

buscam abordar explicitamente as incertezas para melhorar seus resultados e aprimorar continuamente suas estruturas e processos.

A Política de Gestão de Riscos tem como finalidade promover a consecução dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos às tomadas de decisões, estimular boas práticas de governança corporativa e aprimorar o desempenho organizacional. Essa política é complementada pela Política de Controles Internos e Conformidade, que institui diretrizes e competências voltadas à gestão de riscos em nível operacional. A revisão mais recente dessas políticas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30/11/2021.

Os processos de governança da CASAN seguem o modelo das Três Linhas, delineado no art. 9º da Lei Federal 13.303/2016, com a adoção de regras de estruturas e práticas de gestão de riscos, controles internos, compliance e auditoria. Nesse modelo, o papel da primeira linha é agir dentro de suas competências e autoridade para atingir os objetivos da organização e conduzir suas atividades em conformidade às leis, normas e regulamentos aplicáveis, gerenciando os riscos que possam impedi-la nessa missão e implantando os controles internos necessários para mantê-los em níveis aceitáveis.

A segunda linha provê estrutura, apoio e integração na gestão de riscos realizado na primeira linha, sendo constituída pela Gerência de Planejamento e Riscos, que atua nos riscos estratégicos e respectivos controles internos; pela Gerência de Compliance, que atua nos riscos de integridade e conformidade; e também por outras unida-

des especializadas que atuam em setores e riscos específicos, como segurança do trabalho e operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A terceira linha é formada pela Auditoria Interna, responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A atuação integrada dessas três linhas fortalece a governança corporativa e proporciona à alta administração maior transparência e visibilidade dos riscos e controles, permitindo decisões estratégicas mais informadas e embasadas.

10.2. COMPLIANCE

A Gerência de Compliance, vinculada à Procuradoria Geral da CASAN, desempenha um papel fundamental na governança corporativa da empresa. É responsável pela instauração de comissões de processos administrativos disciplinares e sindicâncias, com o objetivo de apurar e punir infrações disciplinares e irregularidades administrativas.

Em 2024, a Gerência de Compliance assumiu também a responsabilidade pelo Programa de Integridade, que visa reforçar os princípios éticos e a transparência dentro da organização. Esse programa com-

preende um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, além da aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais normativos internos. O objetivo principal é prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam comprometer a empresa e a administração pública.

O Código de Conduta e Integridade orienta a conduta profissional com base em valores éticos e morais, que devem ser respeitados em todas as relações institucionais da empresa, trazendo exemplos de infrações passíveis de penalização.

As sanções aplicáveis em casos de violação ao Código de Conduta e Integridade estão previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS), na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais legislações específicas aplicáveis à CASAN. Durante a apuração de infrações, é garantido o sigilo e a confidencialidade das informações, de forma a proteger os denunciantes contra possíveis represálias decorrentes de comunicações e delações.

A atuação da Gerência de Compliance reforça o compromisso da CASAN com a transparência, ética e integridade, promovendo um ambiente organizacional mais seguro e alinhado às boas práticas de governança corporativa.

10.3. OUVIDORIA

Desde 2008, a Ouvidoria da CASAN desempenha um papel fundamental ao garantir que todo cidadão possa expressar suas opiniões e receber respostas, promovendo a transparência e a eficiência na prestação de serviços. Além disso, integra os Grupos Internos de Gestão de Crise, colaborando no planejamento de soluções para reclamações recorrentes, bem como no desenvolvimento de projetos de ampliação e melhoria tanto nos serviços operacionais quanto no atendimento ao cliente.

A responsabilidade da Ouvidoria abrange o registro, encaminhamento e apresentação de respostas conclusivas, com a decisão final proveniente da área competente, alinhada aos princípios e diretrizes da Companhia e tem por premissa o zelo e o respeito pelo sigilo de suas informações, em conformidade com a legislação pertinente. As ocorrências que possuem o caráter de comunicação ou denúncia são precedidas pela norma constitucional, respeitando-se o sigilo do denunciante ou comunicante e todos os princípios constitucionais.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a Ouvidoria é uma das unidades de governança responsável pelo canal de denúncias, com os mecanismos de proteção, exigidos pelo art. 9º, § 1º, III e IV, da Lei nº 13.303/2016.

Em conformidade com o princípio de proteção à identidade do denunciante, a plataforma utilizada pela Ouvidoria da CASAN, (Fala.br), permite ao demandante optar pela identificação, reserva de identidade ou anonimato. Independentemente da escolha, e sempre que

solicitado, a Ouvidoria encaminha as manifestações às áreas responsáveis para instrução processual, sem identificar o solicitante. Além disso, atua ativamente na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na coordenação da Comissão Permanente de Proteção de Dados Pessoais.

No que diz respeito a denúncias relacionadas à integridade, uma vez analisados os elementos mínimos de autoria e materialidade, as manifestações são encaminhadas às áreas competentes para instrução processual. Dependendo da natureza do caso, podem ser encaminhadas à Procuradoria Geral da CASAN, especificamente à Gerência de Compliance a qual compete instaurar os Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias para investigação e aplicação das medidas pertinentes.

Os prazos de atendimento da Ouvidoria da CASAN obedecem ao que determina o Decreto nº 1.933, de 18/05/2022 - Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria do Poder Executivo Estadual. Quanto às demandas de Ouvidorias das Agências Reguladoras do Estado de Santa Catarina, a Ouvidoria da CASAN está sujeita aos prazos estabelecidos nas Resoluções Normativas destas instituições.

A atuação da Ouvidoria é pautada na mediação de conflitos, no aprimoramento dos processos internos e na gestão empresarial. Essa abordagem desempenha um papel essencial na promoção da desjudicialização, resultando na resolução de casos no âmbito administrativo, o que, por sua vez, contribui para a redução de custos internos e para a agilização do atendimento aos clientes.

11. CAPITAL HUMANO

11.1. QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal da CASAN, conforme a Tabela 19, se manteve, nos últimos cinco anos, sem variações consideráveis no número de demissões, o que se atribui ao fato de não haver, no momento, nenhum programa de demissão em aberto. Com relação às admissões, além de atenderem as vagas de reposição, visam ao atendimento das ampliações e de novos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

TABELA 19 - ADMISSÕES E DEMISSÕES

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Admissões	66	86	64	77	91
Demissões	34	50	47	30	50
Número de empregados	2643	2679	2696	2743	2784
Índice de Rotatividade*	1,29	1,87	1,75	1,10	1,81

* Fórmula aplicada: $\text{Demitidos} / ((\text{Quantitativo Anterior} + \text{Quantitativo Final do Ano}) / 2) * 100$

Até junho de 2024 estava vigente o Concurso Público regulado pelo Edital 01/2022. Referente a esse concurso, foram contratados 91 novos empregados no ano de 2024. Essas contratações decorreram de reposição de empregados desligados, mediante autorização da Diretoria Executiva, bem como dos incrementos no quadro

de pessoal aprovados pelo Conselho de Administração.

A Tabela 20 demonstra a distribuição dos empregados da CASAN após a reestruturação ocorrida no ano de 2024, quando houve a distribuição dos empregados nas dez Agências Regionais, além da Matriz. Essa passou a contar com um quadro maior de pessoal, uma vez que atividades de atendimento ao público e de controle de qualidade (laboratórios de análises de água e efluentes) tiveram sua vinculação hierárquica alterada, respondendo diretamente aos respectivos Diretores.

TABELA 20 - QUANTITATIVO DE EMPREGADOS POR REGIÃO

Unidade organizacional	Número de empregados
Matriz	709
AGGF - Agência Regional Grande Florianópolis	471
AMLN - Agência Regional Litoral Norte	120
AGVI - Agência Regional Vale do Itajaí	260
AMCO - Agência Regional Contestado	92
AMPN - Agência Regional Planalto Norte	84
AGSU - Agência Regional Sul Catarinense	398
AMSE - Agência Regional Serra	105
AGOE - Agência Regional Oeste	279
AMMO - Agência Regional Meio Oeste	121
AMEO - Agência Regional Extremo Oeste	145
Total	2784

Com relação à distribuição por grupos ocupacionais, ilustrada na Tabela 21, o Plano de Cargos e Salários da CASAN divide os cargos existentes na Companhia em três grupos: operacional; apoio técnico e administrativo; e nível superior. Destaca-se o quantitativo do grupo operacional, composto pelos cargos que realizam diretamente a operação das estações de tratamento de água e de esgoto e que realizam as atividades de manutenção de redes, sendo que, deste quantitativo, 1058 são ocupantes do cargo de Agente Administrativo Operacional.

TABELA 21 - QUANTITATIVO DE EMPREGADOS POR GRUPOS OPERACIONAIS

Grupo ocupacional	Quantitativo
Operacional	1937
Apoio Técnico e Administrativo	532
Nível Superior	315
Total	2784

11.2. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A remuneração dos empregados da CASAN é baseada em um documento nomeado Plano de Cargos e Salários, tendo o mesmo, registro na Superintendência Regional do Trabalho desde o ano de 1991. No referido plano estão dispostas as formas de movimentação funcional, benefícios e demais condições. Destaca-se ainda que a CASAN

possui como documento normativo das atividades dos empregados o Manual de Descrição de Cargos, onde estão elencadas as atividades de cada cargo da Empresa.

Os reajustes salariais e demais condições são todos definidos por ocasião das negociações junto aos Sindicatos representantes das categorias profissionais. Das negociações resulta o Acordo Coletivo de Trabalho, o qual contempla as condições de execução, com validade anual, tendo sua data base o mês de maio. O Plano de Cargos e Salários prevê ainda a movimentação salarial de progressão vertical e horizontal, como mecanismo de reconhecimento e mérito, baseados em critérios de avaliação de desempenho dos empregados, que consideram aspectos relacionados a competências e resultados. Além desta modalidade de progressão, há ainda a progressão por tempo de serviço, contemplada no referido documento.

11.3. POLÍTICA DE BENEFÍCIOS

A política de benefícios da CASAN é normatizada através do Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo de Trabalho e Normas específicas, sendo estendida a todos empregados da Companhia. Os benefícios são oferecidos a todos os empregados do quadro efetivo, mesmo aqueles que por circunstâncias específicas possuem jornada de trabalho diferenciada.

Os benefícios envolvem: abono de férias; abono de Natal; plano de

saúde, por adesão individual, estendido a dependentes; plano odontológico, por adesão individual, estendido a dependentes; auxílio creche/babá destinado a empregados com filhos com idade entre 0 e 6 anos de idade; auxílio e licença ao empregado com filho ou dependente portador de necessidades especiais; auxílio educação na forma de subsídio de 50% no valor das mensalidades e matrículas para cursos de formação técnico, superior e pós graduação; auxílio funeral; CASANPREV – plano de previdência complementar; complemento de salário auxílio doença – destinado a empregados afastados pelo INSS por doença ou acidente de trabalho; licença maternidade estendida por 60 (sessenta) dias mediante solicitação da trabalhadora; licença paternidade estendida por 15 (quinze) dias mediante solicitação do trabalhador; plano de cargos e salários; programa de alimentação ao trabalhador (PAT) – vale alimentação/refeição; vale cultura; e vale transporte.

11.4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A CASAN mantém em seu Plano de Cargos e Salários o processo de avaliação de desempenho que consiste na mensuração e acompanhamento do empregado face à demanda do seu cargo em relação aos padrões de desempenho definidos pela empresa em determinado período. Todos os empregados que estejam com seu contrato de trabalho ativo na Companhia recebem a avaliação periódica anual, conforme os requisitos e demais condicionantes do Plano de Cargos e Salários.

Os objetivos deste processo são: identificar o desempenho dos empregados, reconhecendo o seu potencial e buscando melhores resultados; facilitar o processo de planejamento organizacional e o alcance das metas institucionais; incentivar o comprometimento dos empregados com o alcance dos objetivos da instituição; fornecer informações que proporcionem melhoria de desempenho; estimular o fluxo de informação entre os diversos níveis hierárquicos para a melhoria das relações interpessoais e a qualidade dos serviços prestados; subsidiar o redimensionamento da força de trabalho em função das competências individuais e institucionais; identificar a necessidade de capacitação e qualificação para a melhoria de desempenho individual e coletivo; fornecer informações que possibilitem ao empregado avaliado conhecer o que a instituição espera de seu desempenho; subsidiar a concessão da progressão por merecimento; verificar empregados em condições de assumirem trabalho de supervisão ou funções mais elevadas.

11.5. UNIVERSIDADE CORPORATIVA

Desde 2019, a Universidade Corporativa CASAN alinha suas ações ao Planejamento Estratégico da Companhia, conectando os projetos desenvolvidos aos Objetivos Estratégicos e metas estabelecidas para o período. Sua atuação ocorre por meio de cursos ministrados por instrutores internos e externos, palestras, oficinas e workshops, promovendo a atualização, o treinamento e o desenvolvimento dos stakeholders internos e externos, além da disseminação da cultura

empresarial. Assim como uma casa começa a ser construída pelos alicerces, o desenvolvimento das pessoas e suas trajetórias profissionais seguem essa lógica, e a UniCASAN desempenha um papel fundamental nesse processo. Dessa forma, a Companhia fortalece sua equipe para enfrentar os desafios impostos pelo Marco do Saneamento e pela Regionalização, garantindo um corpo técnico capacitado e alinhado às estratégias organizacionais.

Em 2024, a UniCASAN priorizou a oferta de ações de capacitação e desenvolvimento por meio de plataforma online própria, objetivando maior alcance e redução de custos indiretos (diárias, passagens, transporte etc.). Foram lançados 11 novos cursos, totalizando 123 cursos disponíveis aos empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceiros (exclusivamente para aqueles que atuam em escritório).

A principal ação de capacitação presencial executada pela Universidade Corporativa CASAN em 2024 foi o 11º Encontro Técnico - Transformando o Saneamento em Excelência ESG: Juntos por um Futuro mais Sustentável. O evento reuniu aproximadamente 509 empregados participando concomitantemente de forma presencial e online, onde foram debatidos temas relacionados a quatro eixos norteadores principais, quais sejam: pessoas, excelência corporativa, relações comerciais e inovação. Contando com a participação de palestrantes internos e externos trouxemos pautas sensíveis e propositivas dado o atual momento de dúvidas e incertezas frente ao processo de regionalização do saneamento, como: Lideranças desempenhando papel fundamental na transformação dos negócios; Combate às

perdas reais e aparentes e o compartilhamento de boas práticas em gestão hídrica; O poder do atendimento nas marcas; Como as ferramentas de análise de dados podem impulsionar a inovação, a gestão estratégica e a eficiência no setor de saneamento.

Além das ações de capacitação e desenvolvimento presenciais e online, a CASAN concede benefício de auxílio educação, atendendo 76 novos benefícios em 2024, com um investimento total do programa no valor de R\$ 220.275,78, para realização de cursos técnicos, de graduação, e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

TABELA 22 - QUANTITATIVO DE EMPREGADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Escolaridade	Nº de empregados	% em relação ao total
1 - Alfabetizado	74	2,7%
4ª Série Completa	29	1,0%
4ª série incompleta	11	0,4%
6ª a 9ª Série Incompleta	34	1,2%
2 - Fundamental	128	4,6%
1º Grau Completo	96	3,4%
2º Grau Incompleto	32	1,1%
3 - Médio	443	15,9%
2º Grau Completo	353	12,7%
Superior Incompleto	90	3,2%
4 - Curso Técnico	176	6,3%
5 - Tecnólogo	61	2,2%
6 - Superior Completo	554	19,9%
7 - Pós-Graduação	1230	44,2%
8 - Mestrado	106	3,8%
9 - Doutorado	12	0,4%
Total	2784	100%

A CASAN integra ainda programas que possibilitam ao estudante - estagiários e jovens aprendizes - a vivência em diferentes áreas, permitindo que eles invistam naquela com a qual mais se identificam, tornando a experiência fundamental tanto para a sua concepção da profissão quanto para a percepção sobre a própria Companhia. Em 2024 o Programa de Estágio contou com uma média de 109 estudantes de nível médio, técnico ou superior, a um custo anual total de R\$ 1.287.066,24. Já o programa Jovem Aprendiz contou com uma média de 103 jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e econômica, a um custo anual total de R\$ 2.226.481,67. A este público, além de poderem participar das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas ao corpo funcional, foi desenvolvida

uma trilha de aprendizagem específica com título “Água Bruta”, onde o objetivo do projeto é possibilitar aos participantes aplicar na prática seus conhecimentos teóricos, de desenvolver seu potencial cognitivo através de capacitações on-line em plataforma própria, e de formar cidadãos com consciência ambiental.

Nossos estudantes são estimulados a participarem também de concursos e competições em nome da Companhia ou ainda na contribuição em projetos internos ou de pesquisa. Tal incentivo retorna como reconhecimento externo, como foi a 1ª colocação na categoria estadual pelo segundo ano consecutivo no Prêmio IEL de Talentos, promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi/Fiesc.

12. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Atualmente, a CASAN conta com 31 projetos em andamento em seu portfólio de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), dentre estes, 26 são projetos de pesquisa executados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Feesc) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc). Este rol de projetos trata sobre diversas áreas de conhecimento, passando por engenharia sanitária e ambiental, engenharia civil, biologia, arquitetura, direito, zootecnia, entre outras. Dos 31 projetos da

carteira, 5 são dedicados ao desenvolvimento e inovação na CASAN, abordando desde projetos de inovação incremental (entendidos como projetos de melhoria para as áreas meio e fim da Companhia) até projetos de inovação disruptiva como projeto de valorização do lodo produzido por ETEs e ETAs; Implantação do *Building Information Modeling* (BIM) na Companhia; Implantação do Modelo de Excelência em Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA). A carteira de projetos soma R\$ 21 milhões.

A CASAN também procura inovar na busca por uma alternativa para prestação de serviço de Esgotamento Sanitário em pequenos municípios operados pela Companhia e, em conjunto com as agências reguladoras do Estado de Santa Catarina, está desenvolvendo um piloto para a implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto. Esta nova alternativa de serviço de esgotamento sanitário foi chamada de “Esgotamento sobre Rodas”.

Atualmente 124 municípios já demonstraram interesse no novo modal de atendimento e incorporaram em seus processos de adequação da concessão esta modalidade na sua trajetória de universalização. Demonstrando amadurecimento da ideia, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina (Aris-SC) apresentou em 2023 a Resolução Normativa nº 39 que descreve o escopo regulatório do novo serviço a ser prestado. Deste modo, a Companhia buscará realizar o tratamento do lodo com diferentes estratégias, dentre elas o uso de soluções baseadas na natureza (SBNs) que estão no seu rol de pesquisas aplicadas.

Para o desenvolvimento do piloto a CASAN investiu R\$ 100 mil para a realização do projeto executivo de uma unidade de tratamento de-

dicada ao lodo dos sistemas individuais que atenderá 7 municípios no extremo Oeste do estado e a obra de construção da unidade finalizada em outubro de 2024 e o início da operação foi em novembro do mesmo ano, onde foram investidos R\$ 2,3 milhões. Em paralelo, a CASAN implantou uma unidade piloto de gerenciamento de lodo de limpa fossas com a tecnologia de filtros plantados a ser instalada na ETE de Canasvieiras para avaliar estratégias operacionais, com custo de R\$ 287 mil, que servirá de planta piloto para uma pesquisa realizada em conjunto com o Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado (GESAD) da Universidade Federal de Santa Catarina e a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (Fepese), com repasses estimados em R\$ 600 mil ao longo de 4 anos de pesquisa.

Outro grande investimento da Companhia está relacionado à gestão do lodo das ETEs. Nesse sentido a CASAN está participando do edital Cidades Inteligentes – Subvenção Econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para realização de pesquisas para a valoração do lodo que contempla a construção de uma Unidade de Gestão de Lodo (UGL) por secagem solar e a realização de atividades de pesquisa com o lodo desidratado na UGL. O montante a ser investido no projeto é de R\$ 15 milhões, sendo que 50% serão despendido pelo Finep.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um compromisso fundamental para a CASAN, refletindo sua atuação na preservação dos recursos naturais e na promoção da qualidade de vida da população. Ao longo dos anos, a empresa tem investido em projetos voltados à recuperação de áreas de preservação permanente, proteção dos mananciais e incentivo ao uso sustentável da água.

Dentre as iniciativas, destacam-se o Projeto Mata Ciliar, que busca proteger e recuperar nascentes e cursos d'água estratégicos, o Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão, que visa a conservação dos recursos hídricos na Grande Florianópolis, e o Programa Trato pelo Saneamento, que fiscaliza e orienta sobre a correta ligação dos sistemas de esgoto. Além disso, a CASAN tem fortalecido sua atuação em segurança hídrica, por meio de parcerias acadêmicas para monitoramento climático e planejamento estratégico.

A Estação Verão é outro marco na atuação da empresa, garantindo a infraestrutura necessária para atender ao aumento da demanda durante a alta temporada, assegurando a qualidade do abastecimento e a balneabilidade das praias. Cada um desses projetos é detalhado ao longo dos próximos itens.

13.1. PROJETO MATA CILIAR

Em paralelo aos investimentos em infraestrutura de saneamento, a Companhia investe na conservação ambiental de áreas estratégicas para a qualidade dos mananciais que atendem as cidades. Um dos exemplos é o Projeto de proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP de nascentes e cursos d'água, desenvolvido desde 2006 em parceria com o Consórcio Iberê na Região Oeste.

O objetivo é proteger através do isolamento com cercas as áreas de APP de nascentes e cursos d'água nos municípios que compõe o Consórcio Iberê (São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Guatambu, Caxambu do Sul, Chapecó e Cordilheira Alta), atendendo também a demanda das áreas prioritárias em mananciais de abastecimento público e seus afluentes, da CASAN.

Em 2024 foi firmado o convênio 898/2024 entre o Consórcio Iberê e a CASAN para continuidade das atividades, desta vez incorporando resultados de pesquisa junto à Unochapecó concluída em 2023 que avaliou com maior precisão a situação de qualidade dos mananciais que compõem a microbacia do Lajeado São José, principal manancial

de abastecimento do município de Chapecó. Por meio deste estudo, foi possível identificar diferentes pontos de preservação e recuperação que foram incorporados no Convênio supracitado, dando continuidade às ações de proteção e recuperação de áreas de preservação permanente (APP) de nascentes e cursos d'água nas bacias contíguas da Região Hidrográfica RH – 2 e áreas de contribuição dos mananciais utilizados pela CASAN.

13.2. PROJETO PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO CUBATÃO

Desde 2022, a CASAN executa, de forma cooperativa e por intermédio do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (Semae), Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc) e CASAN, o Projeto Produtor de Água na bacia hidrográfica do Rio Cubatão, importante manancial da região da Grande Florianópolis. Ao longo do ano de 2024 uniram-se esforços entre os partícipes, denominados signatários do Acordo, para o desenvolvimento e expansão do projeto com outras instituições: a Epagri, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santo Amaro da Imperatriz, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Cubatão do Sul, Madre e contíguas e ainda foi efetivada a participação da Prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz.

Os instrumentos e metodologias visando à implementação do pro-

jeto foram, ao longo dos anos, evoluindo em direção aos objetivos da conservação dos recursos hídricos que integram a bacia hidrográfica do Cubatão. Esses mecanismos estimam ações para a manutenção e/ou recuperação dos serviços ecossistêmicos, em especial a provisão de água em qualidade e quantidade de forma sustentável.

A bacia do rio Cubatão (do Sul) recebeu investimentos da antiga Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (Semae), e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na elaboração de um planejamento estratégico que, além de fazer um diagnóstico de situação da bacia, apresenta as áreas prioritárias para a execução de intervenções para conservação da água, com necessidades cada vez mais urgentes ao longo dos anos, em virtude da problemática das alterações climáticas e eventos extremos, como as fortes enxurradas com alto índice de precipitação em poucas horas, onde carreiam muito sedimentos para o rio, prejudicando significativamente o sistema operacional da estação de tratamento de água da CASAN, bem como, os extensos períodos de estiagem, que tornam o tratamento prejudicado e, por consequência, o abastecimento de água das cidades fica prejudicado, afetando a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento econômico de setores importantes da região, como o turismo.

Para a implementação do Projeto proposto, há a previsão da criação de um componente tarifário, a ser previamente aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc), com o

objetivo de custear os investimentos a serem realizados pela CASAN na execução do projeto, sendo os recursos destinados às ações para a manutenção e/ou recuperação dos serviços ecossistêmicos realizados a título de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

A participação do Comitê de Bacia hidrográfica, torna-se de grande valia, pela atuação da entidade executiva Água Conecta, onde ao longo do ano desenvolveram trabalhos, como a Proposta de Enquadramento das Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão, do Rio da Madre e bacias contíguas, relaciona à Unidade Planejamento e Gestão (UPG) Cubatão e também o Diagnóstico das Áreas de Preservação Permanente relacionadas aos recursos hídricos da UPG Cubatão. Também no ano de 2024, foram criados Grupos Técnicos para desenvolver e alinhar discussões relacionadas ao componente tarifário com participação de membros da Aresc, CASAN, Semae. Para desenvolvimento e conhecimento da ferramenta desenvolvida pela Semae, denominada calculadora ambiental (onde este instrumento), que indica números e valores financeiros relacionados a área de terras (propriedades de agricultores) que serão contemplados com o recurso do programa, entretanto ainda sem estabelecimento de áreas e proprietários definidos, mas com uma área pré estabelecida como etapa 1 do PPA Cubatão, tendo sido indicada pelo Grupo Gestor a APA Vargem do Braço, região a montante da captação da CASAN, no Rio Vargem do Braço.

13.3. SEGURANÇA HÍDRICA

Durante o ano de 2024 a CASAN realizou importante aproximação junto à Universidade Federal de Santa Catarina para o desenvolvimento de projeto intitulado “Monitoramento e Previsão de Segurança Hídrica e Riscos Climáticos da CASAN”. O projeto tem como objeto o desenvolvimento de uma base de dados hidroclimáticos e de uso de água consolidada, análise de risco climático e um sistema de monitoramento e previsão de disponibilidade hídrica para a CASAN, configurando um importante passo para melhores práticas de gestão hídrica, principalmente pela implantação de um mecanismo robusto de prevenção a eventos climáticos que possam interferir na dinâmica dos mananciais superficiais de abastecimento.

O projeto, a ser celebrado na forma de convênio entre CASAN e Ufsc em 2025, tem previsão de duração de 4 anos. Inicialmente será realizada análise de tendências de vazão e precipitação dos pontos de captação de água superficial no Estado de Santa Catarina, produzindo um painel atualizado com a série de dados de cada bacia hidrográfica utilizada na captação de água. Posteriormente será realizada a caracterização meteorológica e das secas hidrológicas pelo Estado.

Todas essas etapas objetivam criar um sistema de análise de risco climático e previsão de curto, médio e longo prazo da disponibilidade

de hídrica das captações que integram as operações da CASAN e de possíveis novas captações. Este sistema proporcionará informações estratégicas e subsidiará a tomada de decisão sobre a adoção de novos mananciais e/ou execução de ações estruturais e estruturantes, tanto para preparação aos eventos de curto prazo (entre 1 a 2 anos), quanto aos eventos de longo prazo (20-30 anos).

13.4. TRATOS PELO SANEAMENTO

São programas da CASAN que associam vistorias, orientação técnica gratuita e ações educativas voltadas à regularização das ligações de esgoto e combate à poluição decorrente do descarte irregular. Em 2024 as ações foram executadas em Florianópolis (Trato pela Costa Norte), São José (Trato pelo Araújo), Criciúma (Trato por Criciúma), Laguna (Trato por Laguna) e Chapecó (Trato pelo São José). Com o trabalho de seus Tratos pelo Saneamento, a CASAN evitou este ano que 557 milhões de litros de esgoto sem tratamento fossem despejados no ambiente. O valor é equivalente a 222 piscinas olímpicas de 2,5 milhões de litros de esgoto que transbordariam para o solo, rios, mar ou praias. As equipes dos Tratos pelo Saneamento também executam ações de educação ambiental em escolas, praias, praças e escolas, compartilhando com a população informações sobre a relação entre água e esgoto, boas práticas no uso da infraestrutura de

saneamento e sua importância para a saúde pública e a conservação do ambiente.

13.5. ESTAÇÃO VERÃO

Assim como acontece a cada nova temporada, em 2024 a CASAN fez seu planejamento de ações e investimentos para garantir a qualidade dos serviços de abastecimento, coleta e tratamento de esgotos no período em que a demanda praticamente triplica nos municípios litorâneos. Com investimento de R\$ 95 milhões, houve reforço de equipes e de equipamentos no setor de água (contratação de caminhão-pipa, novos geradores e boosters, manutenções preventivas de ETAs). Instalados em diferentes cidades, 45 novos reservatórios e novos poços para captação de água, foram outras ações estratégicas para a temporada 2024/2025. Novos sistemas de bombeamento e redes de distribuição de água trouxeram mais garantia à operação nos municípios mais visitados, como Florianópolis, Garopaba, Laguna e Passo de Torres.

Nas cidades atendidas com coleta e tratamento de esgoto, foram contratados caminhões para limpeza periódica de redes, executadas com frequência manutenções preventivas em ETEs e Estações Elevatórias. Geradores foram contratados e garantiram segurança à operação de unidades de água e esgoto.

14. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O ano de 2024 foi de avanços para a saúde pública e a conservação do meio ambiente com investimentos da CASAN em abastecimento, coleta e tratamento de esgotos em todas as regiões de Santa Catarina.

14.1. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Em 2024 foram colocados em operação novos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) em seis municípios: Xanxerê, Ipira, Piratuba, Coronel Freitas, Mafra e Bom Jardim da Serra. Também foram executadas ampliações dos serviços em Florianópolis, com início de operação do Sistema de Esgoto de Ingleses e atendimento com coleta e tratamento em novas bacias de Balneário Piçarras.

A maior obra em andamento, a nova ETE Potecas, teve avanço significativo em São José. E em Florianópolis, o SES Monte Verde/Saco Grande chegou à fase final de obras da nova ETE João Paulo. Outro grande sistema, o SES Insular, avançou na modernização e ampliação da ETE localizada na entrada da Ilha de Santa Catarina.

Com o objetivo de atender o Novo Marco do Saneamento e alcançar a meta estipulada pelo Governo do Estado de atingir 50% de coleta e tratamento de esgoto até 2026, foi iniciado em Descanso, na Região

Oeste, o Programa Esgotamento Sobre Rodas. Uma inédita Unidade de Gerenciamento de Lodo (UGL) entrou em operação, tratando o lodo coletado em diversas residências que participam do projeto-piloto.

A meta é levar esse novo modelo de negócios para municípios de baixa densidade populacional, onde é economicamente inviável a implantação de quilômetros de redes coletoras e grandes Estações de Tratamento de Esgoto. A inovação do Programa Esgotamento Sobre Rodas está também na forma de tratamento, com uso de leitos filtrantes com plantas (*Wetlands*), tecnologia usada na Unidade de Gerenciamento de Lodo. A CASAN também iniciou em 2024 o diálogo com outros municípios que terão o serviço de coleta de lodo nas residências.

14.2. SEGURANÇA HÍDRICA REFORÇADA

Em 2024 a CASAN também prosseguiu com obras de melhoria e ampliação do abastecimento em todas as regiões do Estado. Para elevar a segurança hídrica, 45 novos reservatórios mais seguros e modernos foram instalados, e 25 novos poços perfurados, ampliando a capacidade de água bruta enviada para o tratamento.

Na Região Sul, um dos destaques no campo do abastecimento é a

nova Estação de Tratamento de Água de Araquari, que chegou à etapa final de obras para proporcionar mais qualidade de vida à população de um dos municípios que mais cresce em Santa Catarina. Em Criciúma, a CASAN trabalhou na instalação de mais três reservatórios de água, para elevar a capacidade de reserva em mais de 3 milhões de litros, um aumento de 10% da capacidade atual. No extremo Sul, o Sistema de Abastecimento de Passo de Torres ficou mais seguro com o início de operação de uma Lagoa de Água Bruta com reserva de 6 milhões de litros, além de um novo reservatório em aço inoxidável de 200 mil litros.

No Oeste, a CASAN avançou com as obras do Projeto Chapecozinho em diversas frentes: macroadutora de água tratada, reservatórios em Xanxerê e Xaxim e Estação de Tratamento de Água. Na maior cidade da região, Chapecó, a Companhia prosseguiu a dragagem do Lajeado São José, principal reserva natural de captação de água no município. Também deu continuidade à instalação de sete novos reservatórios de água, que vão garantir 5,8 milhões de litros a mais de reserva, com previsão de entrega no primeiro trimestre de 2025.

14.3. GESTÃO EFICIENTE E INOVADORA

Além de investir em reforço na infraestrutura de esgotamento sanitário e de abastecimento, a CASAN avança na modernização de seus processos administrativos e operacionais. O trabalho faz parte da reestruturação da Companhia, que busca modernizar processos, fortalecer a governança, ampliar a capacidade de atender consumidores

e municípios com inovação e eficiência. Essa transformação está alinhada às metas do Governo do Estado e às demandas da sociedade, visando uma atuação mais sustentável e competitiva.

Como exemplo na melhoria de processos, no setor de suprimentos, a Companhia obteve em 2024 uma economia de R\$ 27 milhões, resultado da implantação de boas práticas na gestão de estoques. Outra redução importante de gastos foi conquistada com a entrada no Mercado Livre de Energia, o que já permitiu uma economia de R\$ 10 milhões desde 2022.

No setor de energia sustentável, a CASAN inovou com o início da implantação de painéis solares na maior Estação de Tratamento de Água do Estado (ETA José Pedro Horstmann), em Palhoça. A partir de 2025 os painéis vão funcionar de forma plena e a economia gerada será de até R\$ 300 mil por ano, o que corresponde a 48% do que é gasto de energia pela ETA, que abastece cinco municípios da Região Metropolitana (Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis).

A Companhia também avança no controle de perdas de água, com adoção de inovações tecnológicas para monitoramento da pressão em redes de distribuição com Sistema Telelog (comunicação com os equipamentos de campo) e de Inteligência Artificial com uso de haste eletrônica para localização de vazamentos.

Os esforços para incluir em seus processos soluções tecnológicas de

ponta, controlar gastos e elevar receitas foram reconhecidos pelo mercado financeiro. A Companhia teve a sua classificação de risco melhorada em duas Agências Internacionais de Investimento. A Agência Fitch elevou o rating nacional de longo prazo da CASAN, passando da categoria de especulação (BB+) para a de investimento (BBB+). E a Moody's Local BR atribuiu pela primeira vez o Rating de Emissor A+.br à Companhia no rating nacional de longo prazo, certificando a estabilidade financeira.

14.4. MELHORIA NO ATENDIMENTO

A CASAN tem investido continuamente na melhoria de seus serviços de atendimento ao consumidor, com o objetivo de oferecer mais praticidade, agilidade e comodidade aos seus consumidores. Em 2024, a empresa ampliou o leque de canais e recursos para facilitar o acesso às informações e serviços relacionados ao abastecimento de água e saneamento no estado de Santa Catarina.

Além de manter a disponibilidade de todos os seus serviços no site oficial www.CASAN.com.br, a Companhia segue oferecendo atendimento 24 horas por meio de sua Central Telefônica e Chat, bem como pelo aplicativo CASANSC, que se destaca pela interface intuitiva e eficiente.

Neste ano, a CASAN implementou novos totens de autoatendimento, estrategicamente instalados em diversas localidades, permitindo que os consumidores realizem consultas, solicitação de serviços e emissão de segundas vias de faturas de forma simples e rápida.

Outra importante inovação foi a disponibilização do pagamento de faturas via PIX. Essa modalidade trouxe ainda mais agilidade e segurança para os consumidores, que passaram a contar com o QR Code impresso diretamente nas faturas. O resultado foi expressivo: ao longo de 2024, um a cada 10 pagamentos foi realizado por meio dessa opção, demonstrando a aceitação e a praticidade do novo sistema.

Essas melhorias reafirmam o compromisso da CASAN com a inovação e a qualidade no atendimento, sempre buscando atender às necessidades de seus consumidores com soluções modernas e eficientes.

14.5. PREMIAÇÕES E CERTIFICADOS

Em 2024, a CASAN foi publicamente reconhecida por suas práticas de gestão, inovação e compromisso socioambiental. Entre as conquistas, está o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol, concedido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O reconhecimento foi obtido com a organização de inventário sobre emissões diretas e indiretas pela aquisição de energia nas unidades de tratamento de água e de esgoto.

Outra homenagem conquistada foi o Selo Ouro da Controladoria-Geral do Estado para Práticas Inovadoras, com o projeto Indicadores Operacionais e de Desempenho do Programa de Integridade. A CASAN foi ainda reconhecida com o Selo Empresa Cidadã, pelo trabalho com jovens aprendizes, e com o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina, que valoriza a qualidade do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

15. OS PRÓXIMOS ANOS

O futuro nos desafia, e o abraçamos com paixão. O Novo Marco do Saneamento impulsiona a mudança, a excelência e a universalização.

Revisamos a estratégia de longo prazo, transformando a CASAN.

Nos transformaremos em uma nova empresa, com mentalidade e cultura organizacional renovadas, governança moderna e equipe engajada.

Investiremos em um novo modelo de negócios, com tecnologia, gestão inovadora, uma CASAN competitiva, eficiente, sustentável e admirada.

A excelência financeira foi alcançada, com ratings elevados e capacidade de investimento fortalecida.

Investiremos R\$ 600 milhões por ano até 2028, construindo reservatórios, modernizando estações de tratamento, ampliando a cobertura de água e esgoto e garantindo a segurança hídrica.

A CASAN, transformada, será uma revigorada protagonista do saneamento em Santa Catarina: atrativa, inovadora e comprometida com o bem-estar.

Juntos, construiremos um futuro com mais saúde, qualidade de vida e desenvolvimento.

A CASAN, representante do Governo do Estado no saneamento, reafirma seu compromisso com a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.



Educação ambiental

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO PATRIMONIAL

em milhares de reais

ATIVO

	NOTAS	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		1.050.772	917.694
Caixa e equivalentes de caixa	7	351.382	46.907
Aplicações financeiras e títulos	8	100.815	408.875
Contas a receber de clientes	9	339.393	283.815
Partes relacionadas	22.1	6.221	5.899
Estoques	10	116.404	130.523
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	11	125.054	28.269
Outros	12	11.503	13.406
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.505.760	4.098.097
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.133.589	1.065.924
Contas a receber de clientes	9	15.765	22.416
Depósitos dados em garantia	20	100.348	108.598
Ativo fiscal diferido	14	56.696	53.326
Direito de Uso de Bem	3.21	41.395	45.462
Ativo Financeiro Municipalizado	13.2	20.904	5.193
Ativo Financeiro de Contrato	13.1	895.534	830.929
Outros créditos a receber	13.3	2.947	-
Investimentos		32	34
Imobilizado	15.3	53.546	60.935
Intangível	15.1	1.703.528	1.672.527
Ativo de Contrato	15.2	1.615.065	1.298.677
TOTAL DO ATIVO		5.556.532	5.015.791

CONTINUA



PASSIVO

	NOTAS	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		953.579	733.898
Empréstimos e financiamentos	16	370.982	338.750
Fornecedores e empreiteiros		164.093	102.919
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	83.460	81.878
Plano de demissão voluntária incentivada	21.2	89.937	89.523
Impostos e contribuições a recolher	18	153.188	77.873
Dividendos propostos	24	56.951	12.053
Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	29.851	28.112
Outros		5.117	2.790
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.344.544	2.278.315
Empréstimos e financiamentos	16	2.007.206	1.804.019
Partes relacionadas	22.1	41.084	41.038
Impostos e contribuições a recolher	18	80.773	77.169
Plano de demissão voluntária incentivada	21.2	30.434	115.896
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	17	-	3.176
Provisão para contingências	20	82.559	77.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	55.639	60.901
Plano previdenciário	21.1	4.292	59.011
Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	24.291	21.530
Receita diferida	23	18.266	18.266
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	2.258.409	2.003.578
Capital social		1.355.289	1.224.547
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			120.000
Reserva de Reavaliação		76.325	78.424
Ajuste Patrimonial		65.069	73.186
Reserva Legal		49.576	37.425
Reserva para Fundo de Investimentos		687.000	503.626
Outros Resultados Abrangentes		25.150	(33.630)
TOTAL DO PASSIVO		5.556.532	5.015.791
Patrimônio Líquido/Ação x 1.00		1,96	1,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

em milhares de reais

	Acumulado 2024 01/01/2024 à 31/12/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.950.410	1.634.101
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(970.892)	(951.076)
LUCRO BRUTO	979.518	683.025
DESPESAS OPERACIONAIS	(425.470)	(424.023)
Com vendas	(122.928)	(108.378)
Gerais e administrativas	(313.459)	(321.356)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	10.917	5.711
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	554.048	259.002
RESULTADO FINANCEIRO	(214.747)	(181.838)
Receitas financeiras	59.584	36.854
Despesas financeiras	(274.331)	(218.692)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	339.301	77.164
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(96.273)	(26.421)
Corrente	(104.906)	(24.422)
Diferido	8.633	(1.999)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	243.028	50.743
Participações estatutárias	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	243.028	50.743
QUANTIDADE DE AÇÕES	1.150.656.560	1.039.655.158
Lucro por lote de mil ações	0,21121	0,04881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	em milhares de reais	
	31/12/2024	31/12/2023
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	335.465	278.043
Caixa Gerado nas Operações:	426.934	235.170
Lucro Líquido do exercício	243.028	50.743
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido com caixa gerado nas operações	183.906	184.427
Depreciação e amortização	170.241	172.495
Depreciação - Crédito de Tributos	10.931	9.668
AVP Direito de uso de bem	8.567	2.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.632)	1.999
Provisão para contingências	5.250	(2.582)
Outros Ajustes	(2.947)	-
Alienação imobilizado	496	317
Redução (aumento) nos ativos:	(137.473)	33.958
Contas a receber de clientes	(48.927)	(6.679)
Partes relacionadas	(322)	(511)
Estoques	14.119	438
Ativo Financeiro	(15.711)	3.132
Depósitos dados em garantia	8.250	7.953
Impostos e contribuições a recuperar	(96.785)	26.529
Convênios com Prefeituras	296	3.908
Outros	1.607	(812)
Aumento (redução) nos passivos:	46.004	8.915
Fornecedores e empreiteiros	61.174	(38.994)
Partes relacionadas	46	13.767
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1.594)	22.787
Impostos e contribuições a recolher	78.920	75.968
Plano de demissão voluntária incentivada	(85.048)	(76.131)
Pagamento de dividendos	44.898	(21.848)
Plano previdenciário	(54.719)	33.886
Outros	2.327	(520)

CONTINUA



	31/12/2024	31/12/2023
RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(586.272)	(462.053)
Adições imobilizado e intangível	(601.986)	(462.053)
Baixa de imobilizado e intangível devido a municipalização	15.712	-
Outros ajustes	2	-
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	247.222	587.452
Adições nos empréstimos e financiamentos	544.950	1.072.214
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(309.531)	(588.738)
Conversão de dividendos em AFAC e em espécie	10.735	-
Aumento de Capital	7	19.243
Ajustes Patrimoniais e outros	-	(3.059)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	120.000
JCP	(57.719)	-
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	58.780	(32.208)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.585)	403.442
Caixa e aplicações de liquidez imediata no início do exercício	455.782	52.340
Caixa e aplicações de liquidez imediata no final do exercício	452.197	455.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Resultados abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023	1.118.641	80.546	84.461	(1.422)	34.887	457.135	86.663	-	1.860.911
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.210)	(12.338)					15.548	
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.091	4.195					(5.286)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(3.132)						(3.132)
Baixas de investimentos								(33)	(33)
IRPJ prov. a maior em 2022 - FIA								105	105
Outros Ajustes		(3)						3	
Aumento de Capital	105.906						(105.906)		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Governo do Estado (em espécie)							120.000		120.000
Governo do Estado (dividendos)							19.243		19.243
Lucro líquido do exercício								50.743	50.743
Destinação do Resultado									
Reserva legal					2538			(2.538)	
Dividendos								(12.051)	(12.051)
Reserva para plano de investimentos						46.491		(46.491)	
Outros resultados abrangentes				(32.208)					(32.208)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.224.547	78.424	73.186	(33.630)	37.425	503.626	120.000		2.003.578

CONTINUA



	Capital social	Resultados abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024	1.224.547	78.424	73.186	(33.630)	37.425	503.626	120.000		2.003.578
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.177)	(12.299)					15.476	
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.080	4.182					(5.262)	
Baixas de investimentos		(2)						2	
Outros Ajustes									
Aumento de Capital									
Conversão de dividendos em AFAC e em espécie	130.735						(130.735)		
Minoritários	7								7
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Governo do Estado							10.735		10.735
Lucro líquido do exercício								243.028	243.028
Destinação do Resultado									
Reserva legal					12.151			(12.151)	
Dividendos e juros de capital proprio								(57.719)	(57.719)
Reserva para plano de investimentos						183.374		(183.374)	
Outros resultados abrangentes				58.780					58.780
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.355.289	76.325	65.069	25.150	49.576	687.000			2.258.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
1. RECEITAS	2.110.210	1.768.003
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.150.932	1.803.376
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	10.917	5.711
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51.639)	(41.084)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(616.181)	(642.062)
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(351.809)	(348.531)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(250.446)	(279.692)
2.3. Outras despesas gerais	(13.926)	(13.839)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.494.029	1.125.941
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(211.303)	(207.281)
4.1 Depreciação e amortização	(170.241)	(172.495)
4.2 Depreciação - Crédito de Tributos	(10.931)	(9.668)
4.3 Amortização direito uso de bens	(30.131)	(25.118)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	1.282.726	918.660
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	59.584	36.854
6.1. Receitas financeiras	59.584	36.854
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	1.342.310	955.514

CONTINUA



	31/12/2024	31/12/2023
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.342.310	955.514
8.1. Pessoal	448.621	411.109
8.1.1. Remuneração direta	317.404	295.459
8.1.2. Benefícios	101.726	81.130
8.1.3. FGTS	23.872	22.416
8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	5.619	12.104
8.2. Impostos, taxas e contribuições	376.330	274.970
8.2.1. Federais	375.965	274.624
8.2.2. Estaduais	311	280
8.2.3. Municipais	54	66
8.3. Remuneração de capital de terceiros	274.331	218.692
8.3.1. Juros	220.322	203.587
8.3.2. Outras	54.009	15.105
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	34.373	(15.103)
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	17.964	21.534
8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos	1.672	8.674
8.4. Remuneração de capitais próprios	243.028	50.743
8.4.2. Dividendos	57.719	12.051
8.4.3. Lucros retidos	185.309	38.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Acumulado 2024 01/01/2024 à 31/12/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/12/2023
Lucro Líquido do Período	243.028	50.743
Realização da reserva de reavaliação	(15.476)	(15.551)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(3.132)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	5.262	5.286
Outros Resultados Abrangentes	58.780	(32.208)
Resultado Abrangente do Período	291.594	5.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Barragem São Bento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2024, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 193 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 170 possuem as metas de universalização

previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

NÚMEROS DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS

2025 → 19	2034 → 7	2043 → 14	2052 → 1
2026 → 5	2035 → 2	2044 → 7	2053 → 1
2027 → 2	2036 → 18	2045 → 3	2055 → 1
2028 → 11	2038 → 3	2046 → 8	2056 → 2
2029 → 4	2039 → 1	2047 → 5	2065 → 2
2030 → 12	2040 → 3	2048 → 11	Sem ou
2031 → 1	2041 → 2	2049 → 13	vencido → 13
2032 → 3	2042 → 12	2050 → 8	

Total de 194 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais

abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- O ativo atuarial de benefício definido-BD é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, de-

duzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estran-

geiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.
- **Recebíveis:** são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

buíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

3.4. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (impairment), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes

categorias de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amorti-

zação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- **Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.
- **Ações preferenciais:** São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao valor recuperável – Impairment

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito

negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contá-

bil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2024 avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e

em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do

período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os pla-

nos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Com-

panhia; e

iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compen-

sar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças tem-

porárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre

peçoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes

contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS

Vencimento das Prestações	Ano 2024	Ano 2023
2024	11.941	30.404
2025	31.854	15.016
2026	19.687	6.078
2027	1.044	1.010
2028	696	674

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/2023	Revisão/ novos contratos	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	45.462	22.861	(1.120)	(25.808)	41.395

PASSIVO	31/12/2023	Revisão/ novos contratos	Amortização	Ajuste a valor presente	31/12/2024
Contratos de Arrendamento Mercantil	49.642	23.458	(18.484)	(473)	54.143
Circulante	28.112				29.851
Não Circulante	21.530				24.292

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as

aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE A TAXA DE JUROS

DESCRIÇÃO	INDEXADOR	01/2025 a 12/2025	12,5%	-12,5%	25%	-25%	50%	-50%
Projeção dos Juros		193.439	217.619	169.259	241.798	145.079	290.158	96.719
CAIXA	UPR	10.547	11.865	9.229	13.184	7.911	15.821	5.273
Debêntures Simples	CDI	121.455	136.637	106.273	151.819	91.092	182.183	60.728
Debêntures Incentivada	IPCA	29.267	32.925	25.609	36.584	21.950	43.900	14.633
Banco Safra	CDI	46	52	40	57	34	69	23
Banco do Brasil	CDI	23.502	26.440	20.564	29.377	17.626	35.253	11.751
ABC	CDI	8.622	9.700	7.544	10.777	6.466	12.932	4.311
Indexador:	CDI	12,15	13,66875	10,63125	15,1875	9,1125	18,225	6,075
	IPCA	0,39	0,44	0,34	0,49	0,29	0,59	0,20
	UPR	22,70339	25,54131	19,86546	28,37924	17,02754	34,05509	11,35169

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos

significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE A TAXA DE CâMBIO

DESCRIÇÃO	MOEDA	01/2024 a 12/2024	12,5%	-12,5%	25%	-25%	50%	-50%
Passivo Financeiro		912.577	1.026.649	798.505	1.140.721	684.433	1.368.866	456.289
AFD	Euro	161.919	182.159	141.679	202.399	121.439	242.879	80.960
JICA	Ien	409.930	461.171	358.689	512.412	307.448	614.895	204.965
FONPLATA	Dolar	340.728	383.319	298.137	425.910	255.546	511.092	170.364
Cotação:	Euro	6,43630	7,2408375	5,6317625	8,045375	4,827225	9,65445	3,21815
	Ien	0,03947	0,04440375	0,03453625	0,0493375	0,0296025	0,059205	0,019735
	Dolar	6,1923	6,1972	5,4183	7,7404	4,6442	9,2885	3,0962

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.378.188	2.142.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(351.382)	(46.907)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(100.815)	(408.875)
Dívida Líquida	1.925.991	1.686.987
Total do Patrimônio Líquido	2.258.409	2.003.578
Capital Total	4.636.597	4.146.347
Índice de Alavancagem	42%	41%
Participação de Capital Próprio	49%	48%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	351.382	46.907
Aplicações Financeiras e Títulos	100.815	408.875
Contas a Receber de clientes (líquido de PDD)	355.158	306.231
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.465.611)	(1.587.027)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(912.577)	(555.742)

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do pre-

visto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso

de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma

série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem

afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

RECEITA OPERACIONAL E RESULTADO

	31/12/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.684.206	466.726	2.150.932
Deduções da receita bruta	(157.164)	(43.358)	(200.522)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.527.042	423.368	1.950.410
Amortização operacional			(131.778)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(839.114)
Lucro bruto			979.518
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(436.387)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			10.917
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			554.048

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

RECEITA OPERACIONAL POR SUPERINTENDÊNCIA

	31/12/2024		31/12/2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	722.806	297.578	618.346	247.407
Sul/Serra	310.995	75.786	259.394	59.955
Oeste	370.343	66.640	309.314	51.968
Norte/Vale	280.062	26.722	236.850	20.142
Total	1.684.206	466.726	1.423.904	379.472

31/12/2023

	31/12/2023		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.423.904	379.472	1.803.376
Deduções da receita bruta	(98.541)	(35.823)	(169.275)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.290.452	343.649	1.634.101
Amortização operacional			(120.610)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(830.466)
Lucro bruto			683.025
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(429.734)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			5.711
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			259.002

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

RECEITA OPERACIONAL POR MUNICÍPIO

	31/12/2024		31/12/2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	376.118	220.597	324.103	183.691
Chapecó	103.755	42.529	85.780	35.155
Criciúma	120.838	51.396	102.378	43.114
Rio do Sul	42.577	1.780	38.076	654
São José	159.440	61.710	137.946	53.205
Outros	881.478	88.714	735.621	63.653
Total	1.684.206	466.726	1.423.904	379.472

No comparativo entre períodos, os incrementos mais significativos de receitas de esgoto foram nos municípios de Florianópolis (2 mil novas ligações, do novo sistema dos Ingleses) e Laguna (5 mil ligações liberadas para faturamento devido a provimento, em 11 de junho, do Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina "que afastou a suspensão da cobrança da tarifa de esgoto", devido a Ação Civil Pública n. 002132-78.2020.8.24.0040, proposta pelo município).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	351.382	46.907
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	351.382	46.907

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$100.815 (R\$408.875 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 milhões, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregulares a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia, em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14 milhões investidos. A Companhia está acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Consumidores finais	294.979	254.566
Entidades públicas	30.054	27.429
Consumo a faturar	98.556	75.521
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(84.196)	(73.701)
Total Circulante	339.393	283.815
Não circulante		
Consumidores finais	9.814	14.924
Entidades públicas	5.951	7.492
Créditos reconhecidos como perdas	357.943	316.742
(-) Perdas reconhecidas	(357.943)	(316.742)
Total Não circulante	15.765	22.416
Total Contas a Receber de Clientes	355.158	306.231

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2024, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	> 90 dias< < 180 dias	> 180 dias< < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	28.971	6.898	1.857	8.867	41.798	88.391
Industrial	4.748	998	179	925	6.185	13.035
Pública	17.642	5.213	3.598	18.636	115.240	160.329
Residencial	119.151	52.911	14.436	55.768	194.720	436.986
Consumo a faturar	98.556	-	-	-	-	98.556
	269.068	66.020	20.070	84.196	357.943	797.297
PCLD	-	-	-	(84.196)	(357.943)	(442.139)
Total Contas a Receber	269.068	66.020	20.070	-	-	355.158

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	116.404	130.523

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda a compensar	82.604	16.441
Contribuição Social a compensar	30.463	6.132
Impostos retidos a recuperar	11.881	5.161
Outros	106	535
Total	125.054	28.269

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	7.709	8.442
Convênios com prefeituras	342	638
Adiantamentos a empregados	1.395	2.066
Pagamentos reembolsáveis	1.085	1.342
Outros créditos	972	918
Total	11.503	13.406

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, R\$895.534 (R\$830.929 em 31 de dezembro de 2023) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Ajustes	Saldo em 31/12/2024
Ativos Financeiros de Contrato	830.929	81.972	(17.367)	895.534

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte

dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos financeiros	Saldo contábil inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2023	Saldo contábil em 31/11/2024
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Porto Belo	7.469	934	8	-	7.469
Caçador	8.242	1.880	8	-	8.242
Total	40.629	5.946		19.725	20.904

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de

exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura de	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura de	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191			

Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída: **452.705**

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCLs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo com a CASAN com as seguintes condições de pagamento:

Valor do Acordo: R\$3.785, sendo 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior.

	31/12/2024	31/12/2023
Outros Créditos a Receber	2.947	-



Reservatório de Içara

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	31/12/2024				31/12/2023
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	84.196	21.049	7.577	28.626	25.058
Contingências trabalhistas	6.487	1.622	584	2.206	4.081
Contingências cíveis	76.071	19.018	6.846	25.864	22.205
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	1.982
Total	166.754	41.689	15.007	56.696	53.326

Classificação do ativo diferido:

Realizável a longo prazo	56.696	53.326
--------------------------	--------	--------

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2023	Creditado/ Debitado à DRE	31 de dezembro de 2023	Creditado/ Debitado à DRE	31 de dezembro de 2024
Provisão crédit. liquid. duvidosa	20.121	4.937	25.058	3.568	28.626
Provisão para contingências	27.162	(876)	26.286	1.784	28.070
Prejuízo Fiscal	13.328	(11.346)	1.982	(1.982)	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	60.611	(7.285)	53.326	3.370	56.696

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31 de dez. de 2023 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de dez. de 2024 Líquido
Sistema de Água	599.358	(87.404)	(15.855)	155.988	652.087
Sistema de Esgoto	1.073.169	(83.584)	(31)	61.887	1.051.441
Total	1.672.527	(170.988)	(15.886)	217.875	1.703.528

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Produção	413.315	341.365
Distribuição	56.547	75.787
Projetos e obras de operação Imediata	74.334	46.904
Total Água	544.196	464.056
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.027.323	800.651
Projetos e obras de operação Imediata	11.748	3.381
Total Esgoto	1.039.071	804.032
Projetos e obras administrativas	12.264	15.706
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	19.534	14.883
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	31.798	30.589
Total Ativos de Contrato	1.615.065	1.298.677

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Ativos de Contrato	1.298.677	559.056	(242.668)	1.615.065

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31 de dez. de 2023 Líquido	Depre- ciação	Baixas e Ajustes	Aquisi- ções/ Transf.	31 de dez. de 2024 Líquido
Ativos Administrativos	60.935	(9.581)	(1.307)	3.499	53.546

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos reavaliados	219.282	240.020
Tributos sobre a reavaliação	(55.639)	(60.901)
Saldo da reavaliação	163.643	179.119

15.4. Investimentos no período

De janeiro a dezembro de 2024, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de R\$601.986.

Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

MUNICÍPIO(S)	SISTEMA	OBRA
São Jose e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Araquari e Barra do Sul	Água	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Passo de Torres	Esgoto	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
Braço do Norte	Água	Ampliação da Estação de Tratamento de Água
Xaxim	Esgoto	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado e Intangível		
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	31/12/2024		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	170.485	(8.566)	161.919
Japan International Cooperation Agency - JICA	442.271	(32.341)	409.930
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	477.947	(137.219)	340.728
Total de Operações Líquidas no exterior	1.090.703	(178.126)	912.577
Caixa Econômica Federal – CAIXA	269.882	(87.337)	182.545
Debêntures	1.483.590	(443.543)	1.040.047
Banco Safra	3.939	-	3.939
Banco do Brasil	227.650	(47.719)	179.931
Banco ABC	84.807	(25.658)	59.149
Total Operações Líquidas no país	2.069.868	(6004.257)	1.465.611
Total Empréstimos e Financiamentos	3.160.571	(782.383)	2.378.188

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2023, pelos seus valores líquidos:

	Passivo CIRCULANTE		Passivo NÃO CIRCULANTE		Encargos incidentes
	31 de dezembro de				
	2024	2023	2024	2023	
Operações no exterior					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	65.609	54.955	96.310	133.464	Nota Exp.
Japan International Cooperation Agency - JICA	36.777	34.542	373.153	332.781	1,20% a.a.
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	152	-	340.576	-	3,59% a.a
Total de Operações no exterior	102.538	89.497	810.039	466.245	
Caixa Econômica Federal	14.197	12.680	168.348	180.138	Nota Exp.
Debêntures	203.433	175.686	836.614	1.016.905	Nota Exp.
Banco Safra	3.939	23.591	-	3.917	Nota Exp.
Banco ABC	15.517	36.769	43.632	27.647	Nota Exp.
Banco do Brasil	31.358	527	148.573	109.167	Nota Exp.
Total de Operações no país	268.444	249.253	1.197.167	1.337.774	
Total de Empréstimos e Financiamentos	370.982	338.750	2.007.206	1.804.019	

- a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.
- b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

	31/12/2024
Amortizações para 2025	360.239
Amortizações para 2026	539.148
Amortizações para 2027	413.065
Amortizações para 2028 em diante	1.065.736
Total	2.378.188

- c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,3516 em 29 de dezembro de 2023 e R\$6,43630 em 31 de dezembro de 2024 ; 1 lene equivalente a R\$0,03422 em 29 de dezembro de 2023 e R\$0,03947 em 31 de dezembro de 2024 e 1 dólar equivalente a R\$6,1923 em 31 de dezembro de 2024.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de

médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$161.919 equivalente a €29.939.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$468.641 (¥11.873.360) para as obras e de R\$96.024 (¥2.432.835) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$ 409.930 equivalente a ¥ 10.365.233.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/12/2024	31/12/2023
2010	2032	15.497	16.866
2012	2034 a 2036	167.048	175.952
Total		182.545	192.818

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas

mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor das 2ª Debêntures é de R\$289.326.

Debêntures Simples e Incentivada - 3º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”);

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor das Debêntures é de R\$750.721

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$3.939.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$22.379.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07

de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$36.069.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$51.324.

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$25.135.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão

e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$45.024.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$33.731.

Em 23 de Dezembro de 2023, foi contratado uma CCB com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização e alterando a taxa de juros para 3,60%. Em 27 de junho de 2024 foi realizado um novo aditivo prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A amortização ficou com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 17

de maio de 2027. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$25.418.

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31 de dezembro de 2024 não ocorreu nenhum desembolso.

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA

Em 19 de dezembro de 2024, foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de R\$ 339.267 (USD 55.000). O objetivo deste financiamento é contribuir para a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A taxa de juros do financiamento é de 3,59% ao ano, acrescida da SOFR. O desembolso ocorreu em 30 de dezembro de 2024. O financiamento tem prazo de carência de 2 anos. Após esse período, haverá 6 anos de amortização, iniciando em 15 de março de 2025, com a

última parcela em 15 de setembro de 2032. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor é de R\$340.728

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:		
Provisão para férias	46.197	43.892
INSS	8.734	8.221
FGTS	2.982	2.837
IR s/folha de pagamento	9.791	9.132
Consignações	164	2.568
Salários	14.936	14.461
Outros	656	767
Total Circulante	83.460	81.878

Não Circulante:		
Participação em resultados	-	3.176
Total Não Circulante	-	3.176

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

Circulante:	31/12/2024	31/12/2023
REFIS	149	4.367
COFINS	12.332	20.050
COFINS PARCELAMENTO	24.615	17.573
PIS	2.670	4.332
PIS PARCELAMENTO	5.324	3.803
Imposto de Renda - retenções	177	350
Imposto de Renda sobre lucro real	75.565	17.616
PIS/COFINS/CSLL - retenções	485	1.324
INSS de terceiros	1.412	949
Contribuição social sobre lucro real	29.341	6.806
Outros	1.118	703
Total circulante	153.188	77.873
Não circulante:		
REFIS	468	577
COFINS PARCELAMENTO	66.023	62.966
PIS PARCELAMENTO	14.282	13.626
Total não circulante	80.773	77.169

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da

Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011. Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	4.367	8.418	577	4.755
Transferências	148	4.455	(148)	(4.455)
Atualizações (TJLP)	65	186	39	277
Amortizações	(4.431)	(8.692)	-	-
Total	149	4.367	468	577

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$55.639 em em 31 de dezembro de 2024 (R\$60.901 em 31 de dezembro de 2023), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Constituídas com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, as provisões são em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão contingências cíveis	76.072	65.307
Provisão contingências trabalhistas	6.487	12.002
Total Provisões	82.559	77.309
Total Depósitos dados em garantia	(100.348)	(108.598)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(17.789)	(31.289)

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$290.855 (R\$718.700 em 31 de dezembro de 2023).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Plano CASANPREV

O plano CASANPREV, aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$4.292 (R\$59.011 em 31 de dezembro de 2023).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2025 comparada com realizado no ano de 2024:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2025	31/12/2024
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.526)	(1.122)
1 Custo do serviço corrente bruto	830	1.270
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.356)	(2.392)
Custo líquido dos juros	175	5.183
Custo do benefício pós-emprego no período	(1.351)	4.061

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota, na referida data base.

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, na 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV referente ao Exercício de 2022, no valor de R\$24.775 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit será equacionado paritariamente pela Patrocinadora (CASAN), participantes e assistidos do plano CASANPREV, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$12.234, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em

abril de 2024 cujo prazo total é de 18 anos, com o valor nominal da parcela mensal inicial no montante de R\$92.

A amortização mensal das parcelas esta sendo realizada pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano CASANPREV.

21.2. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações

	31/12/2024	31/12/2023
PDVI 2017 – Passivo Circulante	89.937	89.523
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	30.434	115.896
Total PDVI	120.371	205.419

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

Descrição	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Gov. do Estado -SC (Precatórios) ¹			41.084	24.612				
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	6.099	5.839			45.134	39.187		
SEFAZ (BNDES) ²				6.798				210
Celesc	122	60		9.628		722	126.213	113.989
Total	6.221	5.899	41.084	41.038	45.135	39.909	126.213	114.199

¹A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

² O contrato com o BNDES, de julho de 2008, no valor R\$150.475, com juros de 3,54% ao ano + TJLP, amortizado em 150 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em fevereiro de 2012 e a última foi quitada em julho de 2024. Desde 2010, quando o Poder Executivo assumiu estas obrigações junto ao BNDES, esses valores passaram a ser contabilizados como referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante. Tais valores conservam as mesmas características iniciais, porém ficavam como dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovada pela 54ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2024, no montante global de até R\$4.827. Em 2023 a aprovação se deu pela 53ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023, no montante de até R\$4.091.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores:

Descrição	2024	2023
Salário ou Pró-labore	2.549	2.520
Benefícios diretos e indiretos	1.114	1.283
Representações	151	85
Diárias	61	44
Total	3.875	3.932

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de dezembro de 2024 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafrá, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

Em 23 de setembro de 2024 foi homologada a operação de Aumento de Capital iniciada em 24 de junho de 2024, conforme aviso aos acionistas divulgado na data. Com objetivo de destinar os valores à aplicação em novos investimentos, foram subscritas um total de 111.0001.402 novas ações, totalizando um aumento de R\$130.742.

Assim, o capital social da Companhia subscrito e integralizado da Companhia finalizou 2024 no montante de R\$1.355.289 (Um bilhão,

trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, dezenove reais e sessenta e três centavos), representados por 572.078.479 (Quinhentos e setenta e dois milhões, setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e nove) Ações Ordinárias - ON, e 578.578.081 (Quinhentos e setenta e oito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, e oitenta e uma) Ações Preferenciais - PN, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado a seguir:

31/12/2024				
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

31/12/2023				
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	460.598.011	465.460.017	926.058.028	89,07%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	10,92%
Demais Acionistas	57.459	48.242	105.701	0,01%
Total de ações	517.368.721	522.286.437	1.039.655.158	100%

24.2. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social. Saldo em 2024 é de R\$49.576 (R\$37.425 em 2023.)

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social. Em 2024 foi destinado de lucros acumulados para a Reserva de Investimentos o montante de R\$ 183.374 (R\$46.492 em 31 de dezembro de 2023).

24.3. Destinação do Lucro do Exercício

	2024	2023
Lucro Exercício	243.028	50.743
Reserva Legal (5%)	12.151	2.537
Reserva para Fundos de Investimentos	173.157	36.154
Dividendos Propostos (25%)	57.719	12.051

24.4. Dividendos Propostos

Em dezembro de 2024 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$56.951 sendo R\$0,768 referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte -IRRF, à alíquota de 15% sobre JCP (Juros sobre Capital Próprio), relativos ao 2º decêndio do mês de dezembro de 2024.

24.5. Resultado por Ação

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	243.028	50.743
Quantidade total de ações	1.150.656.560	1.039.655.158
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,21121	0,0488

24.6. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Em 2024, a Companhia tem registrado como perdas em outros resultados abrangentes o montante de R\$25.150 ganhos (R\$33.630 em 2023 perdas).

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de Outros Re-

sultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2024 e 2023 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tarifas de água	1.660.880	1.402.941
Tarifas de esgoto	466.632	379.373
Outras receitas de serviços de água	23.325	20.963
Outras receitas de serviços de esgoto	94	99
Total do faturamento	2.150.931	1.803.376
Impostos sobre vendas e outras deduções	(200.521)	(169.275)
Total receita líquida	1.950.410	1.634.101

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$390.226 (R\$311.044 em 31 de dezembro de 2023), ou seja, com margem nula.

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos*	536.311	492.956
Materiais	105.768	121.039
Serviços de terceiros	338.242	333.422
Gerais e tributárias	55.938	90.901
Depreciações, amortizações e provisões	170.241	172.495
Amortização direito de uso de bem	51.639	25.118
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	39.663	41.084
Recomposição de pavimentação	79.346	32.690
Fundos para programas municipais	30.131	71.105
Total	1.407.279	1.380.810

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários	202.246	189.809
Férias, Abono e 13º Salário	57.192	54.293
Custos previdenciários	97.550	88.373
FGTS	23.873	22.416
Programa de alimentação	50.810	41.899
Programa de saúde	45.111	36.308
Gratificações	39.760	33.894
PDVI – Demissão voluntária incentivada	5.619	12.104
Outros benefícios	14.150	13.860
Total	536.311	492.956
Número de empregados	2.784	2.743

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1.348	1.146
Juros ativos	5.449	2.933
Rendimento de aplicações financeiras	26.669	10.129
Acréscimos por inadimplências contratuais	26.066	22.454
Ganho com recuperação de crédito	52	192
Outros	-	-
Total Receitas Financeiras	59.584	36.854
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(217.375)	(200.715)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	(34.373)	15.103
Multas e juros*	(17.698)	(21.349)
Correção monetária	(266)	-
Outras	(4.619)	(11.731)
Total Despesas Financeiras	(274.331)	(218.692)
Resultado Financeiro Líquido	(214.747)	(181.838)

*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	4.705	243
Comissão prestação de serviços/convênios	1.088	1.082
Reversão causas trabalhistas	10.772	-
Reversão causas cíveis	10.713	1.170
Reversão causas ambientais	-	4.500
Vendas de bens do imobilizado	1.019	993
Contribuições e doações	3.525	967
Outras	1.067	38
Total Outras Receitas Operacionais	29.500	8.993
Outras despesas operacionais		
Baixa de imobilizado	(546)	(1.158)
Provisões causas cíveis	(21.322)	(462)
Fiscais e tributárias	(104)	(1.662)
Total Outras Despesas Operacionais	(21.972)	(3.282)
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	10.917	5.711

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 553 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. CONCESSÃO SÃO MIGUEL DO OESTE

Diante da deflagração de processo licitatório em 2024 para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo município de São Miguel do Oeste, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

A licitação de São Miguel do Oeste está cautelarmente sustada, sem abertura da proposta de preços. No presente momento, as tratativas em andamento com o Município são no sentido de manutenção da prestação dos serviços pela CASAN e encerramento do processo licitatório.

32. BALANÇO SOCIAL

A Companhia apresenta o Balanço Social referente ao ano de 2024, onde evidencia informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidos aos empregados, investidores, acionistas e à comuni-

dade. A CASAN adota o modelo conforme Manual de Procedimentos Contábeis da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

1. BASE DE CÁLCULO	2024 - Valores em R\$ mil	2023 - Valores em R\$ mil
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.950.410	1.634.101
Resultado Operacional (RO)	554.048	259.002
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	571.792	528.613

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	2024			2023		
	Valor R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	62.936	11,01%	3,23%	52.931	10,01%	3,24%
Encargos Sociais Compulsórios	116.128	20,31%	5,95%	108.618	20,55%	6,65%
Previdência Privada	5.256	0,92%	0,27%	5.071	0,96%	0,31%
Saúde	39.629	6,93%	2,03%	31.689	5,99%	1,94%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.807	0,32%	0,09%	2.422	0,46%	0,15%
Educação	17.343	3,03%	0,89%	14.733	2,79%	0,90%
Cultura	1.230	0,22%	0,06%	1.199	0,23%	0,07%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	559	0,10%	0,03%	745	0,14%	0,05%
Creches ou Auxílio-Creche	3.701	0,65%	0,19%	3.669	0,69%	0,22%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	12.212	2,14%	0,63%	14.355	2,72%	0,88%
Total dos Indicadores Sociais Internos	260.801	45,61%	13,37%	235.431	44,54%	14,41%

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2024			2023		
	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	1.884	0,34%	0,10%	541	0,28%	0,05%
Saúde e Saneamento	1.201	0,22%	0,06%	234	0,23%	0,07%
Esporte	875	0,16%	0,04%	90	0,05%	0,01%
Sub Total	3.959	0,71%	0,20%	866	0,56%	0,13%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	320.400	56,03%	16,43%	211.462	55,97%	16,47%
Total dos Indicadores Sociais Externos	324.359	56,75%	16,63%	212.328	56,53%	16,60%

4. INDICADORES DO AMBIENTE CONFORME ATUAÇÃO DA COMPANHIA	2024			2023		
	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	601.986	109%	30,86%	462.053	91%	28,28%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	18	0,00%	0,00%	623	0,00%	0,04%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	602.004	108,66%	30,87%	462.676	91,36%	28,31%
Quanto ao Estabelecimento de “metas anuais” para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	Não possui Metas			Não possui Metas		

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2024	2023
Número de Empregados(as) ao Final do Período	2.784	2.743
Número de Admissões Durante o Período	91	77
Número de Empregados(as) Terceirizados	619	634
Número de Estagiários(as)	82	96
Número de Empregados(as) Acima de 45 anos	1.347	1.250
Número de Mulheres que Trabalham na Empresa	552	550
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	27,61%	23,13%
Número de Negros(as) que Trabalham na Empresa	50	44
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	0,56%	1,07%
Número de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais	88	76

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2024			METAS 2025		
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	23,52 vezes			REDUZIR		
Número Total de Acidentes de Trabalho	109			REDUZIR		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as):	Segue normas OIT			Segue normas OIT		
A Previdência Privada Contempla:	Todos os empregados			Todos os empregados		
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	Não se aplica			Não se aplica		
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	São exigidos			São exigidos		
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	Apoia			Apoiará		
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	Na Empresa 27.940	No Procon 740	Na Justiça 415	Na Empresa 0	No Procon 0	Na Justiça 0
% de Reclamações e Críticas Solucionadas	75,03%	95,95%	0,00%	76,05%	96,96%	0,00%
Distribuição do Valor Adicionado	2024			2023		
	Governo	376.330		Governo	274.970	
	Colaboradores	448.621		Colaboradores	411.109	
	Acionistas	57.719		Acionistas	12.051	
	Terceiros	274.331		Terceiros	218.692	
	Retido	185.309		Retido	38.692	

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO. NOSSA COMPANHIA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

1 - Reajuste Tarifário e Nova Tarifa Social

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 321/2025, de 21 de janeiro de 2025; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 048/2024, de 13 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 276/2024, de 21 de novembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 183/2024, de 13 de dezembro de 2024, autorizaram o reajuste de 5,56% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de março de 2025.

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 313/2024, de 30 de dezembro de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10 de dezembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 177/2024, de 09 de dezembro de 2024 autorizam Nova Tabela de Tarifa Social da CASAN, com desconto de 50% no valor na TFDI e na primeira faixa de consumo, em linha com a Lei Federal nº 14.898/2024.

Intervalo R\$/m ³	Residencial Social – Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	22,85
0 a 15	1,52
16 a 25	14,12
26 a 50	18,88
Acima de 50	23,76

(*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

(**) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da Tarifa de Água

2 – Declaração feita à imprensa pelo acionista majoritário

Em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º de Lei nº 6.404/76 e às disposições da Resolução CVM nº 44/2021, em 18 de fevereiro de 2025, a Companhia divulgou fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral, sobre a declaração feita pelo acionista majoritário a imprensa.

3 – Municipalização de Concórdia

Em fevereiro de 2025 a Companhia deixou de prestar os serviços de saneamento no município de Concórdia, que passou a ser prestado pela Concórdia Saneamento, através do Consórcio GS Inima/Traçado. Essa mudança tras impactos mínimos nos resultados da Companhia, que segue discutindo junto ao município, a Agência Reguladora ARIS e o judiciário, o valor dos investimentos realizados, que precisam ser indenizados a CASAN.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Aos

Acionistas e aos conselheiros da

Companhia CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CASAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Teste de *Impairment* (Nota explicativa 3.9)

Para apurar o valor recuperável dos Ativos, adotou-se o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso desses ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, em virtude das características peculiares. Avaliados os itens:

- Vida útil, baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente;
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária – 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetadas conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável. Esse procedimento foi adotado em virtude de os contratos de concessões e de programa preverem

ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato.

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada através da tarifa ou por indenização.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados, de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por *impairment*.

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3.10 e 21.1)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 4.292 mil (R\$ 59.011 mil, em 2023). Consideramos este um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas complexas, com saldos relevantes, e sub-

jetivas por parte da administração, como, por exemplo, as tábuas biométricas, as projeções de aumentos salariais e as taxas de desconto. Variações nesses saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Companhia, avaliamos a razoabilidade das principais premissas, das taxas de desconto, das projeções de crescimento salarial e das tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizadas para os cálculos atuariais e analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos. Consideramos que as premissas utilizadas para determinar a provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

contábeis da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das de-

monstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de au-

ditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis

do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extre-

mamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 12 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 65.932/O-7
Diretora

**PARECER DO
CONSELHO FISCAL
E PARECER DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Companhia CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e no parecer emitido por

Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S incluindo os esclarecimentos prestados pela auditora externa, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, e opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos podem ser divulgados.

Florianópolis, 19 de março de 2025.

MARCELO MENDES
Presidente do Conselho Fiscal

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
Conselheiro

DANIELI BLANGER PINHEIRO PORPORATTI
Conselheira

GABRIELA SOARES PEDERCINI
Conselheira

RICARDO EUCLIDES GRANDO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Valor Adicionado, do Resultado Abrangente e do Fluxo de Caixa, complementadas pelas Notas Explicativas, relativas ao Exercício Social de 2024. Com base nos documentos examinados

e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia, no parecer emitido pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, e na opinião emitida pelo Comitê de Auditoria Estatutário, os Conselheiros de Administração opinam no sentido de que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas, conforme consta na Ata n.º 462 do Conselho de Administração.

Florianópolis, 19 de março de 2025.

ALFEU LUIZ ABREU

Presidente do Conselho de Administração

ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS
Conselheiro

HANERON VICTOR MARCOS
Conselheiro

JUCÉLIO JOÃO DA SILVA
Conselheiro

KARLA CELINA GHISI DA LUZ
Conselheira

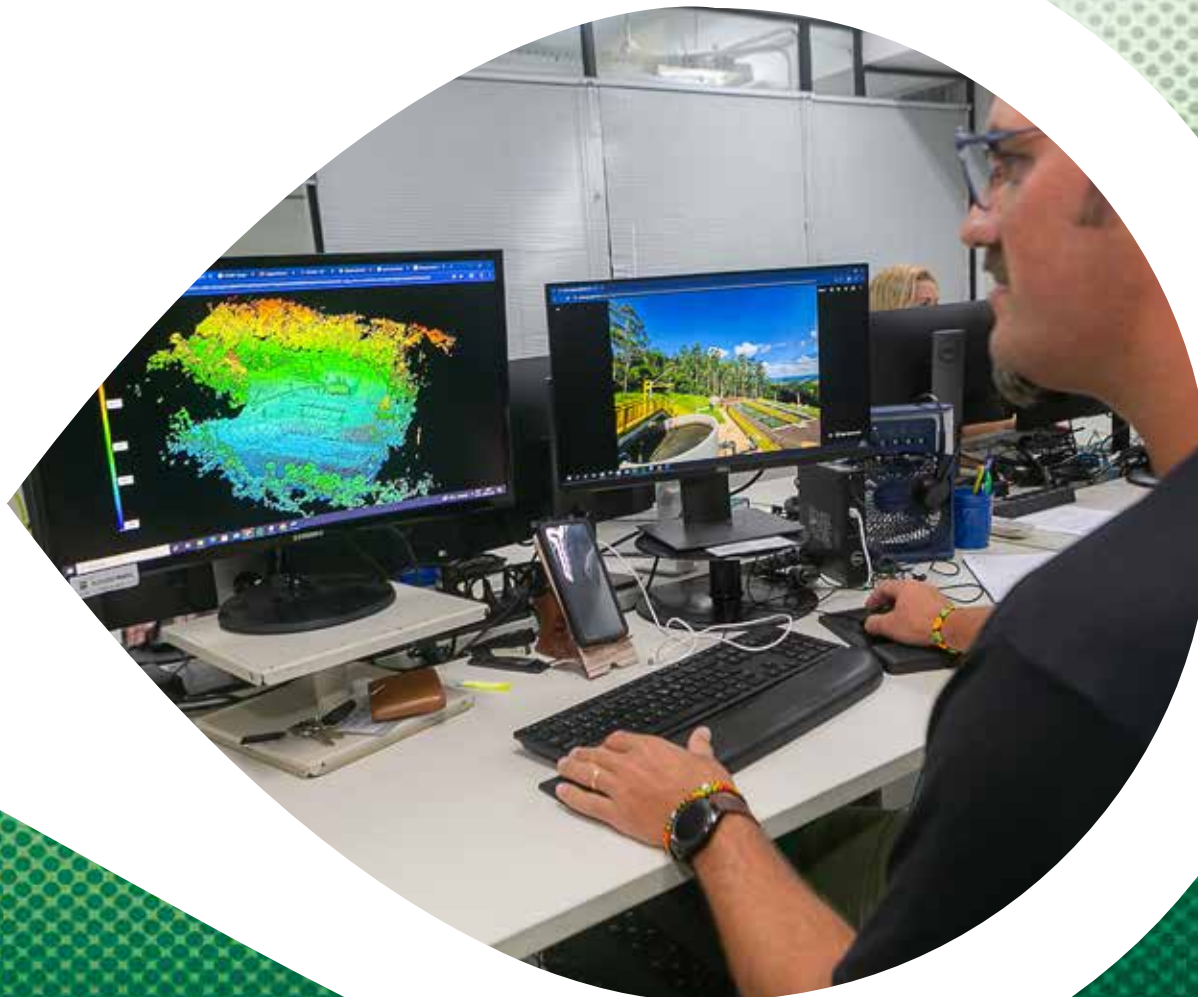
EDSON MORITZ
Conselheiro

FABIO WAGNER PINTO
Conselheiro

IVAN GABRIEL COUTINHO
Conselheiro

SHEILA MARIA MARTINS ORBEN MEIRELLES
Conselheira

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO



RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO- CAE - EXERCÍCIO SOCIAL 2024

Aos Conselheiros de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") é um órgão auxiliar do Conselho de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento ("Companhia"), regido pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno do CAE da Companhia ("Regimento").

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário, desde 01 de agosto de 2020, é composto por três membros, sendo, o Sr. Carlos Rocha Velloso, a Sra. Cristiane Scholz Faísca Cardoso e o Sr. Eduardo Person Pardini, os

quais atendem os critérios de independência estabelecidos no artigo 22, da Lei nº 13.303. Em 01 de agosto de 2022, os membros do Comitê de Auditoria foram reconduzidos para o segundo mandato e, em 01 de agosto de 2024, para o terceiro mandato, conforme previsto na referida Lei nº 13.303.

2. Resumo das atividades em 2024

No período de janeiro a dezembro de 2024 o CAE da CASAN realizou 26 reuniões envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores, Gerentes, Superintendentes e Assessores da Companhia, Auditores Internos, Ouvidor, Auditores Independentes e Diretor Presidente da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, conforme atas do CAE disponíveis no portal da CASAN sob a forma de extrato ou integral, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

As atividades do CAE são relatadas a seguir:

Demonstrações Financeiras

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes aos quatro trimestres de 2024.

O exame das Demonstrações Financeiras consistiu na supervisão das atividades desenvolvidas para a sua elaboração, por meio de reuniões frequentes com a área responsável pela contabilidade, reuniões de esclarecimentos com a Diretoria Financeira e os Auditores Independentes e participação em reuniões do Comitê Financeiro do Conselho de Administração, além da análise dos Relatórios da Companhia e do Relatório dos Auditores Independentes.

Não havendo sido encontrados óbices o CAE recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras trimestrais e anual.

Como recomendação durante o exercício, o CAE registrou a continuidade de uma permanente atenção ao perfil da dívida da Companhia aliada ao nível de geração de caixa para não dificultar futuras captações para financiamento de capital de giro ou de investimentos que serão indispensáveis para atendimento ao marco regulatório de saneamento vigente.

Auditoria Interna

O CAE acompanhou a realização do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) 2024.

Em função da renovação de alguns integrantes da Auditoria Interna, o CAE manteve a mentoria para a equipe durante todo o ano de 2024.

Foram adotados novos métodos de trabalho para tornar a metodologia aplicada mais aderente às normas internacionais de Auditoria. Foi desenvolvido e está sendo aplicado um Programa de Gestão e Melhoria Contínua da Qualidade da Auditoria Interna.

Acompanhou e orientou a elaboração do PAAI 2025.

Riscos e Controles Internos

O CAE supervisionou os avanços feitos pela área de Riscos e Controles Internos em relação à implantação do Programa de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos.

Em continuidade ao acompanhamento da metodologia de gestão de riscos usada pela Companhia, do Portfólio de Riscos e do Mapa de Riscos e da implantação do Sistema SE Suite para disponibilização e gerenciamento das informações, orientou esta área para a adoção de diversos aprimoramentos na metodologia utilizada.

A gerência de Planejamento e Riscos assumiu ao final do ano também as responsabilidades pelo Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo da Companhia, fortalecendo um modelo de gestão integrada de planejamento e gestão de riscos.

O CAE manteve suas recomendações anteriores: a análise de riscos deve ter como base o orçamento, de forma que possa ser quantificá-

vel; a análise de riscos deve avaliar as ameaças à realização dos objetivos empresariais; os processos-chave da CASAN devem ser mapeados; é indispensável o fomento de uma cultura de governança, riscos e controles internos.

Em função de alteração organizacional na Companhia, a responsabilidade sobre as atividades de compliance e o Programa de Integridade foram transferidas para outra área recém-criada e integrante da Procuradoria.

Compliance e Programa de Integridade

Com a criação da área de Compliance em 2024, o CAE passa a fazer a supervisão dessa área em função de suas atribuições legais e estatutárias. Assim, segue o acompanhamento da adequação da Companhia à LGPD e a implantação de canal de denúncias externo. Por recomendação do CAE está em desenvolvimento a implantação de Política de Consequências na Companhia.

CASANPREV

O CAE realizou reuniões de esclarecimentos com o Diretor Presidente da CASANPREV - Fundação CASAN de Previdência Complementar para obter informações sobre o desempenho dos seus investimentos durante o ano, tendo destacado o atingimento da meta atuarial no exercício de 2024. O novo Plano de Contribuição Definida (CD) segue em análise pela PREVIC.

Outros temas relevantes

O CAE tomou conhecimento e participou de análises e discussões, apresentando recomendações sobre diversos temas relevantes para o desempenho de suas atribuições, relacionados à avaliação e monitoramento de exposições a riscos e a mecanismos de controle interno, como: impactos da Reforma Tributária; acompanhamento das CPPADs – Comissões Permanentes de Processo Administrativo Disciplinar; risco reputacional; projeto do Emissário do Sul da Ilha; acompanhamento da Estratégia de Longo Prazo; Plano de Saúde; Plano de Negócios; CAPEX; estrutura tarifária; Fundo de Investimento SM4; seguro D&O; imobilização de obras antigas já finalizadas; política de transação com partes relacionadas; atividades relacionadas à agenda ASG; acompanhamento das ações de regionalização e o processo de contratação de Auditoria Independente.

3. Conclusão e Recomendação ao Conselho de Administração

O CAE analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2024 juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos,

assim como em razão das informações prestadas pela Administração da CASAN, relatórios da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, não identificamos a ocorrência de divergências entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria

Estatutário e consideramos que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024, encaminhadas para aprovação pelo Conselho de Administração.

Florianópolis, 14 de março de 2025.

CARLOS ROCHA VELLOSO

Coordenador do Comitê

CRISTIANE SCHOLZ FAÍSCA CARDOSO

Membro do Comitê

EDUARDO PERSON PARDINI

Membro do Comitê

DECLARAÇÕES



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 17 de março de 2025.

EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA

Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO

Diretor Administrativo

GIOVANI PICKLER

Diretor Comercial

PEDRO JOEL HORSTMANN

Diretor de Operação e Expansão

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 17 de março de 2025.

EDSON MORITZ MARTINS DA SILVA

Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO

Diretor Administrativo

GIOVANI PICKLER

Diretor Comercial

PEDRO JOEL HORSTMANN

Diretor de Operação e Expansão

www.casan.com.br

RUA EMÍLIO BLUM, 83 • CEP 88020-010 • FLORIANÓPOLIS - SC

FONE 55 + 48 3221 5000

